

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS

Aglair Pedrosa Ruivo

**VALORIZAÇÃO DA BIODIVERSIDADE  
AGRÍCOLA PELOS AGRICULTORES FAMILIARES  
DE SÃO BONIFÁCIO/ SC**

Dissertação submetida ao Programa de Pós Graduação em Agroecossistemas da Universidade Federal de Santa Catarina para a obtenção do Grau de Mestre em Agroecossistemas.

Orientador: Prof<sup>ª</sup>. Dra.Claire Marie Thuillier Cerdan

Co-orientador: Prof. Dr. Paul Richard Momsen Miller

Florianópolis  
2011

Catálogo na fonte pela Biblioteca Universitária  
da  
Universidade Federal de Santa Catarina

R934v Ruivo, Aglair Pedrosa  
Valorização da biodiversidade agrícola pelos agricultores  
familiares de São Bonifácio, SC [dissertação] / Aglair Pedrosa  
Ruivo ; orientadora, Claire Marie Thuillier Cerdan. -  
Florianópolis, SC, 2011.  
95 p.: il., tabs., mapas

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa  
Catarina, Centro de Ciências Agrárias. Programa de Pós-  
Graduação em Agroecossistemas.

Inclui referências

1. Agroecossistemas. 2. Diversidade biológica - São  
Bonifácio (SC). 3. Propriedades familiares - São Bonifácio  
(SC). 4. Ecologia agrícola - São Bonifácio (SC). 5. Colonos.  
I. Cerdan, Claire Marie Thuillier. II. Universidade Federal de  
Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas.  
III. Título.

CDU 631

AGLAIR PEDROSA RUIVO

VALORIZAÇÃO DA BIODIVERSIDADE  
AGRÍCOLA PELOS AGRICULTORES FAMILIARES DE  
SÃO BONIFÁCIO, SC

Dissertação aprovada em 22/07/2011, como requisito parcial para  
obtenção do grau de Mestre no Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas,  
Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal de Santa Catarina.

\_\_\_\_\_  
Dra. Claire Marie Thuillier Cerdan  
Orientador

\_\_\_\_\_  
Dr. Paul Richard Monsem Miller  
Co-orientador

\_\_\_\_\_  
Dr. Luiz Carlos Pinheiro Machado Filho  
Coordenador do PGA

BANCA EXAMINADORA:

\_\_\_\_\_  
Dra. Claire Marie Thuillier Cerdan  
Presidente

\_\_\_\_\_  
Dr. Luiz Renato D'Agostini  
Membro

\_\_\_\_\_  
Dra. Maria Ignez Paulilo  
Membro

\_\_\_\_\_  
Dra. Rumi Regina Kubo  
Membro

Florianópolis, 22 de julho de 2011



*À Arlete Ignêz Pedrosa Ruivo, a  
primeira mulher a me ensinar a ter  
coragem e a disseminar o amor,  
minha mãe.*

**DEDICO**



*“Nada pode começar logo pela teoria. Antes, em qualquer coisa, a pessoa tem que ter vivência, tem que ter informação, tem que passar por certas coisas para aprender a teoria.”*

**Hermeto Pascoal**



## AGRADECIMENTOS

Agradeço imensamente aos agricultores e agricultoras de São Bonifácio e suas famílias por participarem desta pesquisa sempre dispostos e curiosos quanto ao trabalho, atenciosos e carinhosos comigo, firmes e sensíveis aos seus ideais.

Meus sinceros agradecimentos aos mestres que sempre iluminaram as ideias ou mostraram novas perspectivas para esta pesquisa, em especial para minha orientadora Claire Marie Cerdan, sempre atenciosa e muito amiga, ajudando intelectualmente, financeiramente e trazendo tranquilidade para o desenvolvimento do trabalho e ao meu co-orientador Rick Miller, pela desconstrução e construção de ideias que me fizeram sempre acreditar que as coisas podem mudar para melhor e também por me apresentar o delicioso Pão de milho, alimento importante para os Colonos e para esta pesquisa.

Outros queridos mestres também contribuíram mais diretamente com esta pesquisa, agradeço portanto aos professores César Assis Butignol, Ademir Cazella, Valmir Stropassolas e indiretamente aos professores Rui Sérgio Sereni Murrieta, que me apresentou a pesquisa de campo antropológica e Mohamed Habib, que foi o primeiro a estimular minha vontade de trabalhar com agroecologia.

Alguns alunos estiveram presentes em alguns momentos desta pesquisa, sugerindo ou questionando pontos importantes, por isso, agradeço a Paola May Rebollar e a todos os amigos do curso de pós-graduação em agroecossistemas e graduação em agronomia que em vários momentos proporcionaram ricas discussões, descontração e companheirismo.

Aos meus queridos amigos estrangeiros, que estiveram presentes durante a pesquisa e dividiram momentos de muita troca de experiências. São eles: Paloma Gallegos Tejada, que com muita sensibilidade contribuiu com o tema do desenvolvimento rural, as mulheres do campo e a agricultura urbana; Benjamin Martinel, que participou de muitas saídas de campo, dividindo o trabalho de campo, alegrias e indignações junto aos agricultores, preocupado com questões sociais no meio rural; Francisca Maynard Vivar, também envolvida com o tema do desenvolvimento rural, trabalhou e colaborou com o tema de políticas públicas no meio rural.

Agradeço também a Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de nível Superior) que forneceu a bolsa de estudos e ao

Programa de Pós-graduação em Agroecossistemas. Também agradeço muito à Janete Guenka, secretária,, sempre disponível, generosa e competente em questões burocráticas.

Por todo carinho, confiança, força e amor, agradeço à maravilhosa família que sempre me apoiou: meu pai, Nilson Coutinho Ruivo, minha mãe, Arlete Ignêz Pedrosa Ruivo, minha irmã, Elza Maria Pedrosa Ruivo, meu irmão, Rogerio Pedrosa Ruivo, e minhas sobrinhas, Ariadne Ruivo Alves e Aline Ruivo Alves. Agradeço também ao Fabiano Maciel Alves, pelo grande incentivo inicial e a Laura Prado de Assis pela grande amizade.

## RESUMO

A biodiversidade agrícola ganhou visibilidade mundial nas últimas décadas com o aumento das pesquisas científicas sobre o tema, o reconhecimento governamental e como consequência das mobilizações e ações em favor do uso sustentável dos recursos naturais ocorridas a partir do final dos anos 1980. No Brasil, sua existência sempre esteve diretamente relacionada à diversidade cultural junto aos povos indígenas e povos tradicionais, entretanto sua importância amplamente disseminada e sua inserção em políticas públicas só ocorreram recentemente, sendo ainda desproporcional às políticas de apoio à agricultura convencional. Atualmente, alguns grupos de agricultores familiares no Brasil, além de serem responsáveis pela manutenção e aumento da biodiversidade agrícola unido a suas práticas culturais, criam estratégias de comercialização em pequena escala. No município de São Bonifácio, localizado no alto Vale do Capivari, há 83 km de Florianópolis, Santa Catarina, 77% da população é rural e quase 2% praticam a agroecologia como principal atividade comercial. Os *Colonos*, grupo étnico da região, descendentes de alemães, desenham sua história de sobrevivência econômica ao escolherem as feiras livres e o comércio local como fonte de renda, assim como manter a tradicional “Festa do Pão de Milho”, num cenário favorável a essas práticas. A agricultura de subsistência e as práticas de comercialização podem favorecer a grande diversidade de espécies cultivadas em relação à diversidade de espécies produzidas comercialmente no município, valorizando a biodiversidade agrícola. Ainda assim, há risco de erosão de suas práticas pela falta de perspectivas futuras causadas pela ausência de apoio político-institucional.

Palavras-chave: Biodiversidade agrícola, Agricultura Familiar, Agroecologia, *Colonos*.



## ABSTRACT

The agricultural biodiversity has gained visibility worldwide in the last decade with the rise of the number of scientific researches on the subject, the governmental recognition and as a consequence of the mobilizations and actions for the use of sustainable use of the natural resources that happen since the end of the 1980's. In Brazil, its existence was always directly related to the cultural diversity in indigenous and traditional communities, however its highly widespread importance and its insertion in public policies are very recent, and still disproportional to the policies that support conventional agriculture. Currently, some groups of farmers in Brazil, besides being responsible for the maintenance and growth of the agricultural biodiversity together with their cultural practices, create small scale commercialization strategies. In the town of São Bonifácio, located at the top of the Capivari valley, 83km from Florianópolis, Santa Catarina, 77% of the population is rural and almost 2% of them practice agroecology as their main commercial activity. As the *Colonos*, ethnic group of family farmers on the region, descendants of Germans, choose farmers' markets and local commerce as their source of income, and maintain the "*Festa do Pão de Milho*" party, they draw their history of economic survival, in a favorable scenario for these practices. Subsistence agriculture and these commercial practices might favor a greater diversity of cultivated species when compared to the diversity of commercially produced species in the town, valorizing agricultural biodiversity. Still, there is a risk of erosion of these practices due to the lack of political and institutional support.

Key-words: Agricultural biodiversity, Family agriculture, Agroecology, *Colonos*.



## LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Localização de São Bonifácio, SC (Fonte: Bonis, (2008), Mapa: Glauco Ladik Antunes, 2008). .....	56
Figura 2. Pontos de localização dos bairros onde residem as famílias desta pesquisa em São Bonifácio, SC. ....	57
Figura 3. Casa enxaimel, de Dona Iñez. ....	63
Figura 4. A. Pães de milho assando no forno à lenha; B. Preparo do cará e da batata doce. ....	67
Figura 5. A e B. Festa do pão de milho. ....	68
Figura 6. Processo de produção do pão de milho semi-industrializado. A. Folhas de Caeté; B. Batatas doces; C. Carás; D. Carás e batatas doces descascados e imersos em água; E. Ralador; F. Farinha de milho híbrido industrializado; G. Massa do pão de mil. ....	71

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Plantas utilizadas para consumo alimentar, citadas nas entrevistas. ....	78
--	----



## **ABREVIATURAS, SIGLAS E SÍMBOLOS**

CEASA - Central de Abastecimento da Secretaria de Agricultura

ECO-92 - Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento

EPAGRI - Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina

FAO - Food and Agriculture Organization

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

MST - Movimento dos Trabalhadores Sem Terra

ONG - Organização não governamental

ONU - Organização das Nações Unidas

PAA - Programa de Aquisição de Alimentos

PGPAF - Programa de Garantia de Preços para Agricultura Familiar

PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina

WCED - World Commission on Environment and Development - Relatório Brundtland



## SUMÁRIO

RESUMO .....	11
ABSTRACT .....	13
LISTA DE FIGURAS .....	15
LISTA DE TABELAS .....	15
ABREVIATURAS, SIGLAS E SÍMBOLOS .....	17
1. INTRODUÇÃO .....	21
1.1 Objetivos e justificativa do trabalho.....	22
1.2 Estrutura da dissertação.....	23
2. REVISÃO DE LITERATURA .....	25
2.1 CAPÍTULO 1. Biodiversidade e sociedade .....	25
2.1.1 Agrobiodiversidade .....	29
2.1.2 Segurança e soberania alimentar .....	32
2.2 CAPÍTULO 2. Os agricultores brasileiros .....	37
2.2.1 Campesinato .....	37
2.2.2 Agricultura familiar.....	39
2.2.3 Povos tradicionais .....	42
2.3 CAPÍTULO 3. O Movimento agroecológico.....	45
2.3.1 Agroecologia e mercado.....	48
3. METODOLOGIA DA PESQUISA .....	53
3.1 A escolha dos grupos e região de estudo.....	54
3.2 Descrição da área de estudo .....	55
3.3 Análise e apresentação dos resultados .....	58
4. RESULTADOS E DISCUSSÃO .....	59
4.1 São Bonifácio: Imigração germânica e campesinato .....	60
4.2 O Colono .....	62
4.3 O pão de milho .....	65
4.4 Biodiversidade marginal .....	72
4.5 As feiras e o Mercado Agroecológico.....	79
4.6 Mulheres e mudanças .....	82
CONCLUSÃO .....	85
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	89



# 1. INTRODUÇÃO

A biodiversidade agrícola é um tema bastante abrangente e ainda pouco discutido, considerando sua grande importância na sociedade. Assim como na prática, conceitualmente as ciências naturais e sociais são indissociáveis para explicar os processos de escolhas e interesses de agricultores dentro de um meio que apresenta variáveis ambientais e aspectos culturais que norteiam o termo. Além disso, ao saber que alguns agricultores buscam alternativas de trabalho dentro da própria agricultura em benefício da biodiversidade e por uma alimentação saudável e diversificada, questões socioeconômicas são inseridas na discussão.

Em Santa Catarina, região sul do Brasil, que abriga agricultores familiares de pequenas propriedades, existe muitas iniciativas de agroecologia e de práticas que buscam valorizá-la, como a comercialização direta, onde os agricultores vendem seus produtos em feiras ou mercados locais e até mesmo pela internet com entrega em domicílio, geralmente com uma certificação que lhes diferencia dos agricultores convencionais<sup>1</sup>. A agroecologia em uma de suas definições, é a agricultura ecológica realizada por povos indígenas e povos tradicionais há muito tempo, porém teve sua ressignificação nos dias atuais principalmente pelo aumento de sua visibilidade e inclusão, ainda que incipiente, na economia de mercado. Muitos agricultores passaram a obter renda e maior independência financeira a partir da dimensão que a agroecologia vem ganhando nos últimos anos. No início deste século, incentivados principalmente por grupos de extensão universitária e ONGs, estimulados por um movimento em que a agroecologia é valorizada, se propagam essas formas de produção comprometidas com o respeito aos ciclos da natureza, o bem estar animal e a qualidade dos alimentos, no entanto, ainda pouco representativos para a economia em relação à agricultura e pecuária convencionais.

No entanto, mesmo com pouco apoio político-institucional e quase nenhum apoio técnico, esses grupos conseguem sua subsistência e

---

<sup>1</sup> Agricultores convencionais são tratados na literatura que conceitua a Agroecologia (Costabeber, 1998; Caporal & Costabeber, 2004), como agricultores que aderiram ao modelo produtivista estimulados pelas políticas de modernização da agricultura iniciadas nos anos 1960, conhecida como Revolução Verde. Algumas características dos agricultores convencionais são o uso de insumos industriais, as monoculturas, uniformização genética e, geralmente, a subordinação a uma empresa que comercializa seus produtos.

comercializam em pequena escala, as diversas espécies e variedades vegetais cultivadas e a criação de animais, que são primeiramente usadas para o próprio consumo. Portanto, além do manejo de sua área de trabalho, o agricultor que trabalha com agroecologia e que comercializa seus produtos, participa na maioria das vezes de uma cadeia produtiva mais curta, trabalhando com feiras e comércio local.

A presente pesquisa foi realizada no município de São Bonifácio, localizado há 83 km de Florianópolis, capital de Santa Catarina. Essa região está inserida no Bioma Mata Atlântica e sua população rural é predominantemente formada por pequenos produtores rurais que remontam ao período da colonização alemã nos estados do sul do Brasil. Esse grupo étnico de origem germânica tem sua história marcada pelas políticas de colonização, que tiveram início no começo do século XIX se estabeleceram em colônias e se autodenominaram Colonos, sendo esta uma forte identidade até os dias atuais, portanto foi adotada neste trabalho a nomenclatura em letra maiúscula indicando um nome que representa uma identidade coletiva. Algumas famílias de Colonos do município, quase 2% do total da população rural, praticam a agroecologia em muitos aspectos de sua abrangência conceitual e tentam resistir ao modelo agrícola predominante, inclusive no que tange à economia, buscando, ainda que inibidos pelo capitalismo, alternativas de trabalho em grupo, trocas não monetárias, feiras e doações de excedentes. Dessa forma e com suas práticas tradicionais, como as Festas do pão de milho, buscam valorizar a biodiversidade agrícola, aumentando a segurança alimentar.

## **1.1 Objetivos e justificativa do trabalho**

A partir do exposto, levantamos algumas perguntas abrangentes quando do início da pesquisa. Assumindo que a biodiversidade agrícola é objeto e resultado de práticas culturais, como se dá sua valorização por Colonos, que se identificam como agroecológicos e comercializam seus produtos, no município de São Bonifácio? Como inferir que esse grupo de agricultores está promovendo a biodiversidade agrícola local? Em qual nível se dá essa promoção? Ao usar de estratégias socioeconômicas alternativas, como feiras, festas e comércio local, eles conseguem garantir sua renda? Assim, esse estudo teve por objetivo geral identificar

e analisar as estratégias que contribuem para a valorização da biodiversidade agrícola pelos agricultores familiares de São Bonifácio, SC. Para isso, identificamos os seguintes objetivos específicos: Descrever e caracterizar os agricultores familiares historicamente e socioeconomicamente; Identificar suas motivações, escolhas e tomadas de decisão, que possibilitam a valorização da biodiversidade agrícola; Descrever e analisar duas formas de comercialização e promoção dos produtos da biodiversidade que são praticadas pelas famílias, as feiras locais e a festa cultural em torno do pão de milho.

A importância de conservar e aumentar a biodiversidade agrícola, praticado por algumas famílias de agricultores em ambiente de Mata Atlântica é bastante relevante. Além disso, é preciso considerar que o contexto não é apenas de subsistência e que existe um contexto político e socioeconômico que não os deixa isolados e influencia suas decisões. Outro fator que justifica a necessidade de investigar e registrar as estratégias de valorização da biodiversidade agrícola pelos Colonos é a grande alteração a qual os sistemas agrícolas tradicionais estão sujeitos, como o desaparecimento de práticas locais de cultivo e a perda de variedades agrícolas.

## **1.2 Estrutura da dissertação**

A dissertação apresenta a seguinte estrutura: Os primeiros capítulos 1, 2 e 3 discutem a partir de uma revisão bibliográfica as definições e os significados de noções que passam recentemente nos discursos comuns dos atores públicos e dos movimentos sociais. Esses aportes nortearam o caminho percorrido desde a formulação do projeto de pesquisa até a escrita final. Está organizado de forma a apresentar, no capítulo 1 os principais avanços teóricos sobre a biodiversidade e sua aproximação com a prática de agricultores no contexto atual, abrangendo, portanto a biodiversidade agrícola e a importância do agricultor no melhoramento de plantas e animais. No capítulo 2 é abordada a discussão a respeito da categoria de agricultores familiares e seus desdobramentos teóricos, do campesinato aos povos tradicionais. O capítulo 3 apresenta a agroecologia como resultado da interação entre agricultor e biodiversidade como antiga prática tradicional, assim como é discutida sua importância como movimento social e atual prática de mercado.

Após o referencial teórico, que norteou as conexões existentes entre os principais temas desta pesquisa, a metodologia de trabalho e a escolha dos grupos são apresentadas, mostrando a região de estudo e a situando geográfica e socioeconomicamente em seu contexto histórico e cultural. Por fim, os resultados são apresentados e discutidos separados por principais temas, seguindo a seqüência da história local; a colonização alemã na região e sua herança étnica; o produto chave da biodiversidade agrícola da região: o pão de milho; a marginalização da biodiversidade no contexto político; o mercado agroecológico e as estratégias de venda direta, com feiras e venda no comércio local; e a influência e papel das mulheres no processo de mudança do meio rural, neste contexto, como motivadoras e articuladoras de um processo de transição agroecológica, visando melhores condições de trabalho, segurança e soberania alimentar. Nas conclusões é feito uma reflexão desses principais pontos levantados nos resultados e apresentam-se alguns caminhos que podem servir para futuras pesquisas sobre a valorização da biodiversidade agrícola.

## **2. REVISÃO DE LITERATURA**

### **2.1 CAPÍTULO 1. Biodiversidade e sociedade**

A biodiversidade é hoje um dos termos científicos mais conhecidos e divulgados em todo o mundo. Em menos de 30 anos de existência, foi amplamente disseminado e entrou no vocabulário popular. No entanto, apesar da noção de variedade da vida ser muito antiga, essa palavra apareceu há não muito tempo. Certamente, se tornou amplamente conhecida a partir do aumento do debate acerca de seu conceito nos meios acadêmicos, instâncias governamentais e pela mídia. O conceito de biodiversidade procura referir e integrar, em todas as definições, toda a variedade que encontramos em organismos vivos, nos mais diferentes níveis de organização da vida (BEGON & HARPER, 2006; TOWNSEND *et al*, 2006; LEWINSOHN, 2001:). Neste capítulo, vamos ver os avanços na relação da biodiversidade e sociedade e onde sua relação é bastante intrínseca com a agricultura.

Apesar de o termo ser recente, faz parte de uma discussão quando do início do século XX, em um contexto em que surge o movimento ambientalista que, desde suas origens, teve um caráter global, tendo sido interrompido no início das guerras mundiais (WORSTER, 2003; LEIS, 2004). Depois desse período, conhecido como pós-guerra, algumas mudanças, como a disseminação de sistemas de governo ditatoriais, com novas políticas de desenvolvimento para os países (BOEF *et al*, 2007), novas técnicas com o uso de químicos para a produção de alimentos e a exploração de recursos naturais indiscriminadamente, causaram reações evidenciadas por muitas manifestações ocorridas no mundo (WORSTER, 2003). Essa preocupação com o meio ambiente e sua biodiversidade se popularizou mundialmente nos anos 1970, quando o movimento ambientalista trouxe questões que passaram a ser amplamente debatidas (MUNARI, 2009; LIMA & POZZOBON, 2005; WORSTER, 2003).

Alguns anos mais tarde, a Convenção da Diversidade Biológica, apresentada na reunião das Nações Unidas do Rio de Janeiro sobre o Meio Ambiente (ECO-92), foi o principal instrumento do compromisso firmado pela maioria das nações do mundo, para buscar "... a conservação da diversidade biológica, a utilização sustentável de seus componentes e a repartição justa e equitativa dos benefícios derivados da

utilização dos recursos genéticos” (LEWINSOHN, 2001). Por se tratar de um documento de acordo formal entre nações, foi necessário definir cuidadosamente cada um dos termos. Biodiversidade, portanto, foi definida assim: "Diversidade biológica significa a variabilidade de organismos vivos de todas as origens, compreendendo, dentre outros, os ecossistemas terrestres, marinhos e outros ecossistemas aquáticos e os complexos ecológicos de que fazem parte; compreendendo ainda a diversidade dentro de espécies, entre espécies e de ecossistemas." Como se pode notar, esta definição chama atenção sobre os diversos níveis e a variedade de ambientes da vida, referindo-se também aos processos ou complexos ecológicos que os mantêm organizados. Apesar de a redação adotada ser um tanto confusa, esta definição tem valor legal, pois foi incorporada no Decreto 2.519 de 1998, que promulgou em definitivo a plena execução da Convenção no Brasil (LEWINSOHN, 2001).

Somado às conceituações do termo, a discussão vem sendo debatida e atualmente é cada vez maior o reconhecimento do papel positivo que os povos tradicionais têm desempenhado na conservação e no uso sustentável da diversidade biológica (ALBAGLI, 2003) e a coexistência histórica de muitos desses povos com seus ambientes naturais (ADAMS, 1994; BROWN E FREITAS, 2002; ELLEN, 1996; WIERSUN, 1997), apesar de haver ainda estudos em que se acredita que os impactos gerados pelo homem são sempre negativos. Essa tendência acompanhou o conservacionismo da década de 1970 e 1980, assim como grande parte da literatura que desconsiderava que a presença humana em muitos ecossistemas florestais estava relacionada diretamente com a complexidade estrutural e funcional das florestas tropicais de todo o mundo (ADAMS, 1994; DENEVAN, 1996; BALÉE, 1998; HECKENBERGER *et al*, 2003; MCNEILL, 2003). As vantagens desse tipo de uso por essas pessoas são grandes, e uma delas, a diversificação alimentar, pode aumentar a segurança alimentar proporcionando sua soberania.

Por outro lado, mesmo com grande repercussão em torno deste tema, a biodiversidade no mundo está ameaçada em grande parte como consequência de dinâmicas sociais globais e ações antrópicas locais em diferentes contextos histórico-geográficos. As causas da perda de biodiversidade são biológicas, mas a raiz do problema inclui os processos sociais, econômicos e políticos que agem em escala mundial (BOEF *et al*, 2007). Nesses processos e também em eventos naturais, a biodiversidade tem apresentado ganhos e perdas contínuos ao longo do tempo (BOEF *et al*, 2007). Atualmente, algumas das causas dessas perdas são: a fragmentação dos ecossistemas naturais, o aquecimento

global e o desflorestamento (HECKENBERGER *et al*, 2003; NOBLE E DIRZO, 1997), assim como o rumo que tomou o desenvolvimento da economia de mercado, o crescimento populacional, dentre outros fatores econômicos, políticos e culturais (GEIST & LAMBIN, 2002). A expansão das fronteiras agrícolas, as políticas de industrialização e desenvolvimento também são apontadas como fatores relevantes (GEIST & LAMBIN, 2002; NOBLE E DIRZO, 1997) e ganharam mais intensidade a partir da revolução industrial e têm aumentado gradualmente desde então (WORSTER, 2003).

Por todos esses problemas apontados, muitos grupos humanos, que vivem em áreas rurais e habitam diversos biomas do planeta de forma a utilizar e depender diretamente os recursos naturais passou a ser protagonistas e, muitas vezes, vítimas desse processo. Nos últimos anos, esses grupos ganharam visibilidade pelo aumento de estudos e pesquisas acadêmicas, novas políticas públicas, pelo trabalho de ONGs dentre outras instituições. Algumas das populações que ainda hoje habitam estes espaços possuem um histórico extenso de coexistência com seu ambiente (ADAMS 1994, 2000; BROWN & FREITAS, 2002; ELLEN, 1996; WIERSUN, 1997) e por isso, grande conhecimento do mesmo. Esses grupos são muito heterogêneos tanto em sua cultura quanto na biodiversidade e diversidade de ecossistemas em que vivem e são representados por povos tradicionais, indígenas e pequenos agricultores familiares. A população rural no Brasil, segundo o IBGE<sup>2</sup>, representa quase 30 milhões de pessoas da população total do Brasil (IBGE, 2011) e, se considerarmos outros indicadores para caracterizar as populações rurais, como as práticas agrícolas, esse número pode aumentar consideravelmente.

A interferência humana pode ser interpretada como fonte de variabilidade biológica e ambiental, ou seja, alguns ambientes florestais que sofreram intervenção de populações humanas podem revelar uma grande diversidade de espécies, até mais elevada do que se fosse intocada (BALÉE, 2006; BROWN & SCHRECKENBERGE, 1998; FOX *et al*, 2000; DENEVAN, 2001; NAZAREA, 1998; ADAMS, 1994; CUNHA & ALMEIDA, 2001; BROWN & FREITAS, 2002; PIMENTEL *et al*, 1992; TOLEDO *et al*, 2003; SCHMIDT, 2003). Um exemplo de manejo humano que promove o aumento da diversidade

---

<sup>2</sup> Segundo o IBGE (2011), a população rural é caracterizada pelos domicílios que se localizam fora dos limites definidos como áreas urbanizadas ou não, correspondentes às Cidades (Sedes Municipais), às Vilas (Sedes Distritais) ou às Áreas Urbanas isoladas.

biológica é a domesticação de espécies animais e vegetais e da paisagem propriamente dita (CLEMENT, 1999; ZEDER, 2006). O homem modifica intencionalmente organismos e o ambiente para que adquiram características mais convenientes ao seu uso (CLEMENT, 1999; ZEDER, 2006). O processo consiste na seleção de caracteres fenotípicos, isolamento genético, proteção de espécies e manipulação do ambiente para torná-lo mais propício à ocorrência de determinadas espécies ou à sua ocupação. Como resultado novos aspectos morfológicos e comportamentais são gerados nos organismos, além de mudanças ecológicas na paisagem que a tornam mais produtiva e adequada ao uso humano (CLEMENT, 1999; WIERSUM, 1997). Em uma relação de coexistência contínua, enquanto produz alterações e se apropria de espécies e ambientes de interesse, o homem sofre mudanças comportamentais e socioeconômicas (CLEMENT, 1999; ZEDER, 2006), resultantes do aprendizado, em sua cultura e dentro de um processo histórico e social. Se por um lado as espécies adquirem maior dependência do homem para sua continuidade, por perder suas adaptações a ambientes naturais e não conseguem sobreviver em paisagens não manipuladas (CLEMENT, 1999), ocorre por outro aumento de variabilidade intra-específica. Em seguida, se estes ambientes historicamente domesticados forem isolados da interferência humana, poderão sofrer empobrecimento na diversidade biológica e estrutural (LUNT & SPOONER, 2005).

O ser humano é, portanto, parte essencial dos processos dinâmicos que ocorreram e ocorrem na paisagem (LUNT & SPOONER, 2005), através das práticas que tem exercido sobre o meio desde o seu surgimento e dispersão (ADAMS, 1994; RIVAL, 1998; DENEVAN, 2001; REDMAN, 1999; BALÉE, 2006; BARRETO FILHO, 2006), assim como é parte fundamental dos processos que influem na biodiversidade coexistente. Nossa espécie, portanto, manteve a flexibilidade a fim de lidar com as mudanças ambientais tendo adotado excelentes estratégias evolutivas ao longo de nossa existência e, no entanto, mudanças em seus meios comportamentais e culturais estão alterando e colocando em risco sua própria adaptação.

Por conseguinte, o risco de perda da biodiversidade pode indicar que a diversidade cultural está declinando rapidamente (KORMONDY & BROWN, 2002, SLOBODKIN & RAPOPORT, 1974), isto é, com o processo de homogeneização cultural e perda do conhecimento tradicional, o risco da diminuição da biodiversidade é iminente. Em alguns estudos indigenistas há evidências que comprovam essa relação e suas conseqüências. Por exemplo, a diversidade dos cultivares Guarani e

de outros agricultores, plantados em diferentes espaços, só seria reduzida com os contatos interétnicos pós 1500, tais como a forte simplificação da dieta por causa da desterritorialização, a perda da complexidade agrícola e a redução das taxas populacionais por guerras ou epidemias (NOELLI, 1993). Sendo assim, mesmo considerando a premissa em que a biodiversidade seja regida por leis evolutivas, a ação do ser humano em interação com ela, influencia e possibilita adaptação, principalmente na biodiversidade agrícola.

### **2.1.1 Agrobiodiversidade**

Nessa perspectiva, a biodiversidade que existe hoje seria diferente se nós, seres humanos, não tivéssemos coexistido com a natureza de forma tão intensa como foi e é a nossa história. A diversidade cultural e a biodiversidade são influenciadas mutuamente e a agricultura é uma das práticas que aproxima ambas. Por isso, como a agricultura é um modo humano de usar os recursos biológicos, físicos e naturais para se alimentar, curar, construir abrigo, produzir fibras e gerar renda, esse é um elemento que pode distinguir a agrobiodiversidade da biodiversidade (BOEF *et al*, 2007), principalmente quando há a intervenção para melhoria dessa biodiversidade intra e interespecificamente.

Na literatura há, atualmente, um aumento nos estudos sobre a diversidade agrícola, com a emergência dos conceitos de agrobiodiversidade e agrodiversidade nos últimos 15 anos, em um contexto interdisciplinar que envolve várias áreas de conhecimento (SANTILLI, 2009), apesar de os trabalhos sobre o tema, mesmo sem essa denominação, serem mais antigos. Na década de 1970, os estudos sobre origem e domesticação tiveram grande importância e alguns apontavam os agricultores como melhoristas (HARLAN, 1971). Os conceitos de Harlan (1971) tiveram grande importância, pois mostraram que o centro de diversidade para uma dada cultura pode ocorrer distante do seu centro de origem e, quanto à expressão “centro”, ele apontou que uma cultura não se origina necessariamente em uma área delimitada e dela se dispersa, mas que ela pode se originar sobre uma vasta área, sem um local preciso, que ele chamou de “não centro”. Tanto os “centros” quanto os “não centros”, podem ter pequenos locais de grande

diversidade de determinada espécie, considerada por Harlan como microcentros.

Atualmente, o termo agrobiodiversidade tem seu conceito em constante formulação para fins de compreender a importância da agricultura e todos os seus elementos e atores no contexto da conservação (MARZALL, 2007; WOOD & LENNÉ, 1999; ALMEKINDERS *et al.*, 1995) e o segundo termo, agrodiversidade, é menos debatido, provavelmente por serem empregados muitas vezes como sinônimos. A agrobiodiversidade, então, constitui parte importante da biodiversidade por representar a diversidade de espécies, a diversidade genética e a diversidade ecológica ou de ecossistemas e paisagens agrícolas (SANTILLI, 2009; BOEF, 2007) e, sobretudo a diversidade cultural dos povos e modos particulares de se relacionar com toda essa diversidade (EMPERAIRE, 2005). Assim pode também ser analisado numa escala maior ou menor do que a espécie, incluindo a diversidade genética e o conjunto de tipos de comunidades presentes em uma região (TOWNSEND *et al.*, 2006; BEGON & HARPER, 2006).

Embora os termos agrobiodiversidade e agrodiversidade sejam usados com frequência como sinônimos, há autores que sustentam que agrobiodiversidade e agrodiversidade têm significados diferentes (BROOKFIELD & STOCKING, 1999). Agrobiodiversidade é um termo mais antigo e mais comum e seria usado para definir a diversidade biológica presente em ecossistemas cultivados. Agrodiversidade seria uma expressão mais abrangente, empregada para se referir às várias formas pelas quais os agricultores usam a diversidade natural do ambiente para a produção agrícola, incluindo não apenas as espécies e variedades de plantas para o cultivo como também o manejo das terras, águas, e da biota como um todo (BROOKFIELD & PADOCH, 1994). Outra definição de agrodiversidade seria a variedade resultante da interação entre os fatores que determinam os agroecossistemas, tais como os recursos genéticos de plantas, os ambientes bióticos e abióticos e as práticas de manejo (ALMEKINDERS *et al.*, 1995).

A diferença entre os dois termos pode ser interessante dependendo do enfoque que será dado, porém os dois conceitos consideram que a presença de processos antrópicos tenha modelado, e está constantemente modelando, a existência da diversidade agrícola, tais como os processos culturais, os conhecimentos, práticas e inovações agrícolas, desenvolvidos e compartilhados pelos agricultores. Somado a isso e por todas essas características as culturas humanas se desenvolveram e continuam a se desenvolver em ambientes específicos, nos quais o mundo natural e as representações da natureza coevoluem

(DOVE,1992; ELLEN, 1996; RIVAL, 1998). O conhecimento prático do meio é então desenvolvido no curso de tal coevolução, e o resultado, no longo prazo, é a elaboração de um sistema cultural comumente aceito de informações e atitudes ecológicas (RIVAL, 1998).

Nos sistemas agrícolas das populações tradicionais, em que a agrobiodiversidade ainda é representada por numerosas variedades, existe um contexto simultaneamente marcado por uma erosão da diversidade agrícola e por um interesse cada vez maior por esses recursos, enquanto reservatórios de moléculas ou de genes com potencialidades econômicas, a questão do futuro da biodiversidade agrícola é levantada com intensidade e ultrapassa a problemática restrita da conservação de recursos fitogenéticos (EMPERAIRE, 2002). A partir das preocupações sobre esses recursos, entre pesquisadores e o poder público, foram criados bancos de germoplasma para manter as espécies, a chamada conservação *ex situ*, um tipo de conservação que não permite a evolução natural da variedade de acordo com suas condições ambientais (CLEVELAND & SOLERI, 2002). Em contraponto a essa idéia, surge o conceito de conservação *in situ*, em que a proposta era então o “congelamento” da paisagem genética de uma região. Esse modelo não foi alcançado justamente pela dinâmica cultural que revela a existência de redes informais de trocas entre as comunidades que impedem o congelamento da paisagem (PERONI, 2004; REBOLLAR, 2008; VEASEY *et al*, 2007).

A conservação *ex situ* responde em parte às necessidades de manter uma ampla base genética das diversas plantas cultivadas com fim de melhoramento, porém limita a percepção da planta na sua dimensão biológica singular. Isso porque, os recursos domesticados ou cultivados são, na sua essência, resultados de uma interação entre características biológicas das espécies, condições ecológicas e pressões de seleção e práticas agrícolas de um, ou vários, grupos culturais. A perenidade dos recursos fitogenéticos é, portanto associada à continuidade cultural dos grupos humanos que os produziram e aos sistemas agrícolas associados. Este material biológico, cuja perenidade está hoje em jogo, resulta de um processo cumulativo de conhecimentos e de transmissão deles através de gerações, elementos que lhe concede um valor identitário e patrimonial (EMPERAIRE, 1999).

O risco então existe, principalmente porque a perda da biodiversidade agrícola tem sido pouco considerada pelas estratégias governamentais para a agricultura. A erosão genética ocorre, segundo o Relatório sobre o Estado dos Recursos Genéticos de Plantas do Mundo, apresentado durante a 4ª Conferência Técnica Internacional sobre os

Recursos Fitogenéticos, realizada em Leipzig, na Alemanha, em 1996, sendo a primeira avaliação global e sistemática do estado de conservação e uso dos recursos fitogenéticos existentes no planeta, quando da substituição das variedades locais e tradicionais, que se caracterizam por sua ampla variabilidade genética, pelas variedades modernas, homogêneas (SANTILLI, 2009). Segundo o relatório, nos últimos cem anos, os agricultores em todo o mundo perderam entre 90% e 95% de suas variedades agrícolas (SANTILLI, 2009). Apesar de documentos como esse mostrarem tão importantes dados, ainda são irrisórias as pesquisas que mostrem esses riscos em relação às pesquisas em desenvolvimento agrícola que desconsideram essa discussão. Mesmo que não se possa ainda estimar exatamente a dimensão da perda, a diversidade agrícola está ameaçada, e ela constitui a base da sobrevivência das populações rurais, notadamente as de baixa renda (SANTILLI, 2009) mais diretamente.

### **2.1.2 Segurança e soberania alimentar**

O conceito de segurança alimentar remonta ao período do pós-guerra, quando as nações estavam preocupadas com o abastecimento alimentar da sua população. Sua definição e metas passam a ser traçadas pelo conjunto dos países participantes da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (Food and Agriculture Organization - FAO). Segundo o conceito definido pela FAO em 1996, durante a Cúpula Mundial da Alimentação: “A segurança alimentar existe quando toda pessoa, em todo momento, tem acesso físico e econômico a alimentos suficientes, inócuos e nutritivos para satisfazer suas necessidades alimentares e preferências quanto aos alimentos, a fim de levar uma vida saudável e ativa” (BELIK & SILIPRANDI, 2010; BELIK, 2003).

O Brasil mantém este conceito político, mas como além da situação de fome há um grande problema nutricional, acrescenta ao conceito a necessidade de se respeitar a cultura alimentar da população reconhecendo a relação da insegurança alimentar com o modo de produção e consumo dos alimentos. É definido, então, o conceito de Segurança Alimentar e Nutricional como o direito de todos a terem acesso regular e permanente a alimentos de qualidade em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais,

tendo como base, práticas alimentares promotoras de saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, culturais, econômica e socialmente sustentáveis (BRASIL, 2004; SANTILLI, 2009). Esse é o conceito estabelecido pelo artigo 3º da Lei no 11.346, de 15 de setembro de 2006, que cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, a fim de assegurar o direito humano à alimentação (SANTILLI, 2009).

Nesse sentido, a agrobiodiversidade está associada não só a produção sustentável dos alimentos, como tem também papel fundamental na promoção da qualidade dos mesmos (SANTILLI, 2009). Na prática, o que assegura aos agricultores a possibilidade de sobrevivência é a diversidade de plantas cultivadas e animais domésticos e a sua capacidade de se adaptar a condições ambientais adversas e a necessidades humanas específicas. É o cultivo de espécies diversas que protege os agricultores, em muitas circunstâncias, de uma perda total da lavoura (SANTILLI, 2009). Com as monoculturas, a uniformidade genética cria enormes riscos e incertezas para os cultivos agrícolas, que se tornam vulneráveis (SANTILLI, 2009), e também geralmente ocupam o lugar de uma variabilidade de espécies contribuindo para a perda da biodiversidade agrícola. Ao mesmo tempo em que essa perda tem sido motivo de preocupação e pela relação direta da diversidade agrícola com a segurança alimentar, esta vem sendo mundialmente reconhecida (BOEF, 2007; SANTILLI, 2009; MING *et al*, 2010).

Desde os anos 1960, o suprimento de alimento *per capita* em países em desenvolvimento vem aumentando e a proporção da população subnutrida caiu de 35% para 21%, o que mostra a abundância de alimentos, embora a distribuição tenha sido bastante desigual (TOWNSEND *et al*, 2006). Em todo o mundo, 840 milhões de pessoas passam fome e a taxa de crescimento na produção de alimento *per capita* está caindo (TOWNSEND *et al*, 2006). No Brasil há em torno de 72 milhões de brasileiros com algum nível de insegurança alimentar indo do estado de fome e desnutrição, passando pelo problema de saúde da obesidade (BRASIL, 2004) entre outros causados direta ou indiretamente pela alimentação.

Ao contrário de teorias populacionais neomalthusianas, que tratam a superpopulação dos países como a causa da pobreza, e do esgotamento dos recursos naturais dos mesmos e sugerem riscos à segurança alimentar, sabe-se que, em estudos recentes e contra muitas projeções de crescimento da população humana feitos anteriormente, as taxas de crescimento populacional caíram significativamente. Isso se deve principalmente ao fato da fecundidade, ou seja, o número médio de

filhos por mulher em idade reprodutiva, ter reduzido de seis para dois filhos por mulher (CARMO, 2008). Portanto, o Brasil já atingiu o nível de reposição da população, que é de 2,1 filhos. Com essa fecundidade, projeta-se o ‘crescimento zero’ da população brasileira para o ano de 2050 e o crescimento da população tende a se estabilizar ou mesmo diminuir em todo o mundo, a partir da metade deste século (CARMO, 2008), nos países em desenvolvimento. No entanto, mesmo com essas expectativas as populações ainda sofrem com a má distribuição de alimentos e o mundo tem estado sujeito as crises de fome esporádicas, bem como à desnutrição crônica ou pontual (KORMONDY & BROWN, 2002).

Algumas estimativas mostram dados contrários a esses dados de crescimento populacional apontados. A Organização das Nações Unidas (ONU) publicou em 2001, predizendo que nosso planeta terá entre 8 e 11 bilhões de seres humanos até 2050 e assim, a quantidade de produtos vegetais destinados à alimentação dos homens e dos animais terá que dobrar no mundo inteiro e aumentar em até dez vezes mais em muitos países da África (MAZOYER & ROUDART, 2010). O Banco Mundial estimou que mais de 700 milhões de pessoas, cerca de 10% da população mundial, sofre com a falta de alimentos para uma vida ativa e saudável, com as maiores concentrações na Ásia e na África subsaariana. Outras estimativas apontam para 950 milhões de pessoas desnutridas, praticamente uma a cada cinco pessoas, ou seja, tão famintas a ponto de não levarem uma vida produtiva (KORMONDY & BROWN, 2002). A desnutrição resulta da falta de comida, uma deficiência de um ou mais nutrientes essenciais ou de doenças genéticas que interferem na digestão, absorção ou metabolismo. Muita comida ou muito de um mesmo nutriente também é considerada formas de desnutrição, ocorrendo principalmente nas porções afluentes do mundo ocidental, nas quais a obesidade é algo comum. A extensão e a demografia da fome sugerem que a resposta está na expansão da produção de alimentos, particularmente daqueles com alto teor nutritivo, e maior igualdade em sua distribuição (KORMONDY & BROWN, 2002).

Além disso, aproximadamente três quartos dos indivíduos subnutridos do mundo pertencem ao mundo rural (MAZOYER & ROUDART, 2010). Essa situação dramática, que não é nova, não está, tampouco, em vias de melhorar amplamente (MAZOYER & ROUDART, 2010), pois não há ainda, de maneira efetiva, a relação do desenvolvimento humano às práticas que fomentarão a segurança e soberania alimentar. Já que, a soberania alimentar, em que a comunidade ou nação detém o controle e decisão sobre a produção e distribuição dos

alimentos de que se necessita (FERNANDES, 2008), não pode desconectar-se do contexto da segurança alimentar. O termo soberania alimentar foi proposto pela Via Campesina, a partir de 1996, para se contrapor às políticas neoliberais que protegem o interesse das grandes empresas. Para o livre comércio, a alimentação é apenas mais uma mercadoria, não é um direito. Para os movimentos do campo, a idéia de soberania alimentar é também uma ferramenta de luta e de propostas que abrangem desde os governos locais até as instituições internacionais (FERNANDES, 2008).

Assim, foram elucidados neste capítulo conceitos que são também parte fundamental deste trabalho, a relação do ser humano com a biodiversidade, com a diversidade agrícola e a importância para segurança e soberania alimentar. Embora esses temas tenham alcançado grande visibilidade nos últimos anos, é preciso integrá-los aos estudos sobre os grupos que estão mais diretamente envolvidos com a biodiversidade, em seu manejo, modificando e moldando os rumos da produção de alimentos no mundo todo. Por isso, no próximo capítulo, é apresentado um olhar sobre os agricultores brasileiros e as terminologias usadas para classificar e discutir a história e processos socioeconômicos desses grupos no Brasil e no mundo e as possibilidades de ampliar a discussão.



## **2.2 CAPÍTULO 2. Os agricultores brasileiros**

Essa classe trabalhadora é, historicamente, responsável por uma das principais bases da economia do país, a agricultura. Mesmo com muita luta por justiça e melhores condições de trabalho de uma parcela representativa desse grupo, ainda há injustiça, pobreza e a falta de oportunidades. Além disso, é indiscutível sua importância para a produção de alimentos e conseqüentemente, a sobrevivência de nossa espécie e nossa reprodução social. Essa atividade é comumente praticada em áreas rurais, sendo uma das principais atividades da heterogênea população que lá habita, com suas múltiplas culturas, fazendo parte de um importante contexto socioambiental na nossa sociedade.

Uma característica que é bastante marcante tanto nos discursos acadêmicos, em diferentes áreas do conhecimento, quanto para além deles, é a proximidade desses grupos com a natureza, percebida na paisagem e na relação estabelecida por esse contato direto. Por essa distinção, entre o meio rural e urbano, diversas linhas de entendimento sobre a ruralidade criaram categorias ou classes ao longo da história que os definiram. Algumas delas são o Camponato, a Agricultura Familiar e os Povos Tradicionais. Como já mencionado, uma das atividades de estreita relação do ser humano com a natureza é a agricultura e esta é também, bastante representada nos estudos dentro dessas categorias. Neste capítulo serão apresentados esses termos e os relacionando entre eles e com os temas já expostos.

### **2.2.1 Camponato**

O camponato ou sociedade camponesa é a terminologia mais antiga e reconhece que dentre uma grande diversidade de culturas, organizações sociais e econômicas, algumas características parecem ser mais comumente citadas pela maioria dos autores para definir esse grupo, como aquelas que têm as atividades produtivas principalmente voltadas para a subsistência local (CANCIAN, 1989; WANDERLEY, 1996; BOSERUP, 1989; WOLF, 2003; WOORTMAN, 1983). Outra característica relevante dos grupos camponeses, encontrada na literatura, é a importância do grupo doméstico, onde seu sustento e sua reprodução

social estão diretamente relacionados com as práticas do sistema de produção e do patrimônio familiar (WANDERLEY, 1996). Somado a isso, essas populações são relativamente autônomas e “isoladas” sociais, demográfica e economicamente (WANDERLEY, 1996), mas que sempre mantêm algum grau de relação com a sociedade dominante (CANCIAN, 1989; WANDERLEY, 1996, BOSERUP, 1980; WOLF, 2003; WOORTMAN, 1983). Os camponeses são, portanto, populações que estão sujeitas às forças político-econômicas externas por um lado, mas capazes de se distanciar da sociedade ampla, graças à habilidade de produzir o próprio alimento (CANCIAN, 1989).

A especificidade do modo de produção camponês, no sentido de julgar a procedência ou não de utilizar uma literatura sobre campesinato, para caracterizar e analisar principalmente os pequenos produtores é questionado pela ausência de consideração às diferentes formas de subordinação que o modo de produção capitalista impõe a outras formas de relações de trabalho (PAULILO, 1990). Somado a isso, o campesinato justifica-se principalmente pelo caráter familiar da unidade produtora, o autoconsumo parcial da produção e o caráter intensivo do trabalho. Assim, neste aspecto há abundante diálogo com os autores mais recentes que discorrem sobre a agricultura familiar, e esta ganha linhas de interpretação que tentam dar conta de explicar esse grupo que se torna visível nos últimos anos, tanto nas discussões teóricas quanto para as políticas públicas (PAULILO, 1990). Desempenhada por integrantes da mesma família, sua configuração se diversificou na sua forma e acompanhou as mudanças socioeconômicas com o passar do tempo. Os autores que pensam e debatem sobre o tema, para chegar a explicações e hipóteses, sofrem polarização à medida que se discute sob perspectivas políticas (PAULILO, 1990). Um dos primeiros autores a se aprofundar no tema foi Chayanov (1981), que observou existir a alta exploração do trabalho da agricultura familiar, assim como o grau de auto-exploração ser determinado por particular equilíbrio entre a satisfação da demanda familiar e a própria penosidade do trabalho. Pouco antes, Tepich (1969 e 1973) também escreveu sobre o trabalho pesado no campesinato e associa a economia camponesa ao trabalho intensivo, onde tempo livre é sinônimo de tempo perdido. Mesmo quando o rendimento não é proporcional ao esforço, a família empenha-se em aumentar o produto final através de atividades adicionais.

O uso ou não do termo campesinato para designar agricultores familiares brasileiros sempre foi polêmico (PAULILO, 2004). Muitos estudiosos acreditam que essa categoria só pode ser usada para países que tiveram um passado feudal, enquanto outros o aplicam para

agricultores pouco ligados ao mercado (PAULILO, 2004). Clássicos da questão agrária preconizavam o desaparecimento do camponês, tais como Marx, Lênin e Kautsky. Anos mais tarde, Germer (2002) concorda com esses autores e diz que o conceito Chayanoviano tem seu conteúdo cristalizado na figura historicamente ultrapassada do camponês “semi-feudal”, ao contrário do conteúdo do conceito norte-americano que se atualizou, nos EUA, acompanhando a evolução das bases tecnológicas e financeiras da produção capitalista na agricultura (PAULILO, 1990).

Sua explicação pressupõe que a agricultura familiar está imersa em um sistema capitalista e subordinada a ele. A diferença entre ambos é que a premissa de Chayanov, segundo Germer (2002), nega que a própria produção agrícola tenha caráter capitalista. E continuaria tendo um caráter familiar no sentido de ser qualitativamente diferente, nas suas motivações e resultados, da produção capitalista, embora se adapte ao capitalismo. Com isso, essa produção parece resistir à competição da produção capitalista porque não tem como motivação básica a obtenção do lucro, mas a manutenção da família (PAULILO, 1990).

Assim, muitos autores ainda se referem aos agricultores e sua população rural como um grupo que representa o campesinato e todas suas formas de reprodução social utilizando das definições mencionadas para caracterizar esses grupos na sociedade. No entanto, outros autores preferem usar a terminologia mais recente e com crescente discussão, a agricultura familiar. As definições em torno do termo trazem a discussão para os dias atuais diferenciando os grupos rurais agrícolas em suas mais recentes atividades e configuração na sociedade. Neste trabalho, são considerados ambos os conceitos, sendo eles complementares e ao que se acredita dar conta de explicar e atingir maior entendimento sobre essa categoria, grupo ou classe social, que pode ser bastante heterogênea, apesar de características comuns.

### **2.2.2 Agricultura familiar**

Com o aumento da literatura sobre o tema da agricultura familiar, houve o enriquecimento do debate acerca das diferentes facetas de abrangência do termo. Isso aconteceu concomitantemente às novas políticas públicas que beneficiam esse grupo e por isso, a caracterização do mesmo tem sido amplamente debatida. Um dos conceitos atrelado à noção de agricultura familiar é a de multifuncionalidade da agricultura,

que permite analisar a interação entre famílias rurais e territórios na dinâmica de reprodução social, considerando os modos de vida das famílias na sua integridade e não apenas seus componentes econômicos (CAZELLA *et al*, 2009). Esse termo incorpora o fornecimento pelos agricultores de bens públicos relacionados com o meio ambiente, a segurança alimentar e o patrimônio cultural (MALUF, 2002).

Lamarche (1997) compreende que a exploração familiar recobre situações extremamente variadas e diferentes. Além disso, por estar presente no mundo todo, sem dúvida é o objeto de um novo desafio. A crise do modelo produtivista e as contradições resultantes dela, o evidente problema dos sistemas agrários coletivistas e a abertura da maior parte dos países do leste europeu à economia de mercado, a estagnação e até, muitas vezes, a recessão do desenvolvimento nos países em desenvolvimento são outras tantas situações que remetem ao debate acerca das formas de produção agrícola (PAULILO, 1990). Isso porque, distintamente da maioria dos setores de produção, a agricultura faz apelo a grupos sociais limitados que tem em comum associar estreitamente família e produção, mas que se diferenciam uns dos outros por sua capacidade de se apropriar dos meios de produção e desenvolvê-los. Portanto, as explorações familiares agrícolas não constituem um grupo social homogêneo, ou seja, uma formação social que corresponda a uma classe social no sentido marxista do termo (LAMARCHE, 1997).

Nessa mesma perspectiva, Abramovay (1996) diz que não há atividade econômica em que o trabalho e a gestão estruturam-se tão fortemente em torno de vínculos de parentesco e onde a participação de mão-de-obra não contratada seja tão importante, por isso o peso da produção familiar na agricultura faz dela hoje um setor único no capitalismo contemporâneo. Desta forma, o que determina o comportamento do camponês não é o interesse de cada um dos indivíduos que compõem a família, mas sim as necessidades decorrentes da reprodução do conjunto familiar. Em seus trabalhos, a agricultura familiar é caracterizada como muito diversificada e abundante em que o proprietário é também a força produtiva. Suas críticas questionam em dado momento, o termo “pequena produção”, que para ele é suficientemente impreciso para designar tanto um produtor com baixas condições de renda e situação precária até o produtor cuja integração ao mercado é completa e cuja base técnica acompanha os principais avanços permitidos pelo conhecimento científico. O emprego da mesma expressão para realidades tão diferentes repousa sobre um mal-entendido teórico e que mantém a mesma natureza, pois ambos são produtores de

mercadorias, operam com a família e fornecem trabalho excedente para o capital (ABRAMOVAY, 1992).

Outro aspecto importante que Abramovay ressalta se ocupa de observar a notável importância dos fatores biológicos, que estão no centro das dinâmicas de trabalho deste grupo e mostra por si próprio a direta relação do trabalho com fatores bióticos e abióticos, condição *sine qua non* para a agricultura. Assim sendo, torna-se ilógico perpetuar o debate sociopolítico sobre a agricultura familiar, sem considerar sua dependência pelos recursos naturais (ABRAMOVAY, 1992). No entanto, tanto ao usar o termo camponato quanto agricultura familiar, pode haver um falso grau de homogeneização desse grupo. O primeiro, no entanto, tem uma conotação política de criação de identidade em momentos de luta, haja vista as Ligas Camponesas (PAULILO, 2004). O segundo está mais relacionado com as políticas públicas mais recentes, aparecendo em vários Programas do Governo Federal, como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), Programa de Garantia de Preços para Agricultura Familiar (PGPAF), Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e até mesmo a Secretaria da Agricultura Familiar.

Embora seja importante a análise criteriosa dos modos de produção, da estrutura familiar, da política e de toda a complexidade que envolve os termos, é imprescindível compreender a presença desse grupo na sociedade também da perspectiva identitária, ou seja, da identificação que o grupo apresenta de si. Por isso, o cuidado que se deve tomar é quanto às divergências que podem ser geradas em sua compreensão, principalmente pelo instrumento de análise o qual ela é submetida. De qualquer forma, os fatos e os resultados das ações dos grupos podem mudar o rumo da história e trazer nova luz ao debate. Além disso, algumas características apresentadas pelo camponato, como a falsa distância que os grupos rurais têm da influência da modernidade ou isolamento, pode reduzir a análise do grupo investigado e torná-los menos condizentes com a realidade. Por outro lado, quando se remete ao termo camponato há grandes referências históricas e sociais dentro das abordagens sobre o mesmo, que pode possibilitar o entendimento de sua constituição atual.

Por isso, nesse trabalho é ponderada a importância de considerar os termos como complementares, deixando claro suas diferenças e limitações. À medida que podem não se contrapor nem criar contradições, o uso de ambos pode ser enriquecedor. Isso depende, contudo, da clareza das definições e das ideologias determinantes para sua construção, sem visar essa discussão, já que não é objetivo deste

trabalho, mas sim aumentar o escopo da mesma, onde serão considerados os importantes autores que tentaram e tentam entender esse grupo em questão e expandir seu entendimento. No rastro dessas perspectivas, é apresentada também uma categoria importante, os povos tradicionais, que além de estar incluso no mesmo tema dos dois primeiros, trará mais densidade e possibilidades de análise.

### **2.2.3 Povos tradicionais**

A noção de povos tradicionais também traz consigo algumas características que são semelhantes às de campesinato e agricultura familiar, pois em algumas definições, na bibliografia acadêmica, em dispositivos legais, documentos e relatórios governamentais oficiais e de ONGs, esse termo foi cunhado para falar de grupos humanos que vivem em áreas rurais e possuem modos de vida “rústicos” ou simples (ARRUDA, 1997), trazendo consigo traços étnicos que são perceptíveis em suas idiossincrasias culturais, ao mesmo tempo em que compartilham características em comum, principalmente por habitarem diversos biomas do planeta de forma a utilizar e depender diretamente dos recursos naturais.

Algumas dessas definições diferenciam as Populações Tradicionais das Populações Indígenas. A cultura tradicional não-indígena, a das sociedades camponesas, para Redfield (1971), não é autônoma. É um aspecto da dimensão da civilização da qual faz parte. Para se manter como tal, a cultura camponesa requer uma contínua comunicação com outra cultura, a urbano-industrial. Nesse sentido, a cultura tradicional camponesa é uma expressão local de uma civilização mais ampla. Como afirma Foster (1971), "uma das distinções mais óbvias entre a verdadeira sociedade primitiva e a de folk (camponesa) é que esta, por centenas de anos mantém contacto com os centros do pensamento intelectual e do desenvolvimento". Essa interação da grande e da pequena tradição, de acordo com Redfield (1971), pode ser vista como parte da estrutura social da comunidade camponesa no seu contexto mais amplo.

Outras interpretações sugerem que essa noção pode se referir tanto a povos indígenas quanto a segmentos da população nacional que desenvolveram modos particulares de existência, adaptados a nichos ecológicos específicos (ARRUDA,1997; EMPERAIRE, 1999; SANTILLI, 2009). Segundo Arruda (1997) são aqueles que apresentam

um modelo de ocupação e uso dos recursos naturais voltado principalmente para a subsistência, com fraca articulação com o mercado, baseado em uso intensivo de mão-de-obra familiar. Grupos humanos que historicamente reproduzem o seu modo de vida, de forma mais ou menos isolada, com base em modos de cooperação social e formas específicas de relações com a natureza, caracterizadas tradicionalmente pelo manejo sustentado do meio ambiente.

Dentro de uma perspectiva marxista, as culturas tradicionais estão associadas a modos de produção pré-capitalistas, próprios de sociedades em que o trabalho ainda não se tornou mercadoria, onde há uma grande dependência dos recursos naturais e dos ciclos da natureza, em que a dependência do mercado já existe, mas não é total. Essas sociedades desenvolveram formas particulares de manejo dos recursos naturais que não visam diretamente o lucro, mas a reprodução social e cultural, como também percepções e representações em relação ao mundo natural marcadas pela idéia de associação com a natureza e dependência de seus ciclos. "Culturas tradicionais", dentro desta perspectiva, são aquelas que se desenvolvem dentro do modo de produção da pequena produção mercantil (DIEGUES, 1983). Essas culturas se distinguem daquelas associadas ao modo de produção capitalista em que não só a força de trabalho, como a própria natureza, se transforma em objeto de compra e venda. Nesse sentido, a concepção e representação do mundo natural e seus recursos são essencialmente diferentes.

Assim, os autores que abordam as experiências de agricultores sob o ponto de vista das definições de povos tradicionais, neste caso caracterizados por serem descendentes de nativos, escravos ou de colonos imigrantes, buscam geralmente maneiras de integrar os conhecimentos científicos e os conhecimentos tradicionais, muitas vezes considerados empíricos, para servir de embasamento para o desenvolvimento de projetos de conservação (BRUSH, 2000; CLEVELAND & SOLERI, 2002; CUNNINGHAM, 2001; PEDROSO-JUNIOR, 2008; PERONI, 2004; VEASEY, 2007). Isto é, a maioria dos trabalhos em que é usado esse conceito, a direção da pesquisa busca fomentar a idéia de que esses grupos têm conhecimento refinado de seu meio, aumentando a abordagem não somente para a questão agrícola, mas também do extrativismo e o manejo do seu entorno até o conhecimento cosmológico e sobrenatural.

A partir da exposição dessas três abordagens, será mais uma vez ressaltada a importância de usar pontos importantes de cada uma delas, porém, haverá neste trabalho, maior aproximação com a categoria da agricultura familiar, de acordo com o contexto da pesquisa e justamente

pelo fato de a escola a qual é fundamentada este curso de pós-graduação ter afinidade pelo termo. Neste caso, mesmo assim foi considerado importante clarear os diferentes conceitos. O campesinato, com maior tempo e mais bem definido pela impossibilidade de mais explicações, dando lugar a maior frequência em discussões acadêmicas da agricultura familiar, ainda em formação e questionamentos, com possibilidades de maior abrangência que o primeiro. O terceiro termo, povos tradicionais, foi apresentado para que fosse possível relacioná-lo com os dois primeiros, mostrando possibilidades de análise sem, entretanto, ter a pretensão de aprofundar em seu conceito, já que a aproximação com o termo da agricultura familiar era mais condizente, principalmente por ser mais debatido em linhas de pesquisa de desenvolvimento rural, pois cada termo se desenvolve dentro de suas linhas de pesquisa ou seus contextos em que foram cunhados e onde são mais comumente debatidos.

Após esses dois capítulos em que foram apresentadas questões referentes a biodiversidade e agrobiodiversidade e as categorias de análise de grupos rurais e agrícolas, o próximo capítulo abordará a relação socioeconômica entre agricultores e biodiversidade. Pretende-se mostrar historicamente a trajetória de valorização da agroecologia, enfatizando seu contexto atual, assim como, questões ideológicas do movimento, as possibilidades dessa prática agrícola como opção de trabalho para o agricultor e seus entraves políticos. Os movimentos de transição para a agricultura que valoriza a biodiversidade agrícola, que são bem identificados, e que sustentam as categorias de análise de grupos rurais, serão aqui nomeados de movimento agroecológico.

## 2.3 CAPÍTULO 3. O Movimento agroecológico

Neste capítulo, o objetivo será apresentar a agroecologia como resultado da interação benéfica do ser humano com a natureza e sua biodiversidade, tratando da relação do agricultor familiar com a biodiversidade agrícola, concluindo assim a parte do referencial teórico deste trabalho. Será feito então, um breve histórico e apontados alguns teóricos que tratam do tema. A opção em nomear o capítulo de movimento agroecológico, surgiu pelo contexto em que essa corrente surge e como ela está configurada na história. No entanto, como estamos vivenciando esse processo, não podemos concluir ou definir sua totalidade, pois ainda está em formação. Mesmo assim, é feito um esforço para encaixar esse termo em importantes fatos que ocorreram, mesmo que com outras nomenclaturas, mas representando a prática de mudar ou adequar a agricultura a modelos mais sustentáveis ou com menos impactos para o meio ambiente e para gerações futuras. É evidenciado também a agroecologia no contexto da economia e como se comporta, tornando-se um nicho de mercado.

Inicialmente, podemos dizer que a história da agroecologia antecede sua nomenclatura. No Brasil, os fundamentos práticos para uma agricultura ecológica já existiam anteriormente ao período da modernização, com os povos indígenas e depois da colonização muitos povos mestiços, continuaram a praticá-la com muitos elementos da tecnologia indígena. Imigrantes europeus introduziram sistemas de produção baseada na gestão de recursos naturais oriundos da primeira revolução agrícola, sendo marginalizados pela política da modernização. Pode-se dizer que os nativos descendentes de índios, dominavam um saber que tinha por base as leis da natureza e que embora não competitivo com os sistemas modernos, tinha uma relação direta com os ecossistemas naturais (BRANDENBURG, 2002). Porém, enquanto um movimento socialmente organizado começou com a denominada agricultura alternativa, que tem sua origem na década de 1970. Surge como uma resistência, uma via alternativa à política de modernização agrícola (BRANDENBURG, 2002) ao lado do movimento ambientalista e de contestação à sociedade capitalista e de consumo (GAUTRONNEAU *et al*, 2001), fortemente disseminado nesta época.

Houve a política de modernização agrícola que ficou conhecida como Revolução Verde, no pós-guerra e foi voltada para os países em

desenvolvimento, provocando reações. Essas transformações ocorreram a partir dos anos 1950, quando a segunda grande guerra havia deixado suas marcas. Então houve a articulação de novas estratégias de modernização na agricultura, cujo pacote tecnológico básico se montou a partir das sementes de variedades de alto rendimento e de um conjunto de práticas e insumos agrícolas necessários para assegurar as condições para que as novas cultivares alcançassem níveis crescentes de produtividade (CAPORAL, 2004) a partir de então, pelo seu caráter excludente, irá provocar uma reação de grupos de agricultores familiares não contemplados pelos benefícios dos subsídios governamentais, provenientes do crédito agrícola, ou de outros serviços prestados por órgãos públicos destinados a orientar o agricultor, prestar serviços e fomentar infra-estrutura de apoio no meio rural. Os grupos alternativos são formados por agricultores familiares em via de exclusão, ou excluídos diretamente pelos mecanismos de expropriação da política agrícola (BRANDENBURG, 2002).

Sob o ponto de vista técnico resgatam-se práticas tradicionais e já conhecida dos agricultores, visando compor um conjunto de estratégias que permitiriam a reprodução social dos agricultores no campo. A agricultura alternativa representa uma opção de sobrevivência para o agricultor familiar e significa a reconstrução de uma relação socioambiental cuja raiz tem origem na condição camponesa. Na Europa a agricultura alternativa, hoje dinamizada pela agricultura ecológica, data da primeira metade do século passado, enquanto que no Brasil, embora os modelos europeus inspirem formas alternativas de organização da produção, a agricultura alternativa surge diante de contextos de uma política agrária excludente, motivada por organizações politicamente engajadas e visando a construção de uma sociedade democrática e com a perspectiva de transformação social. Sendo assim, jovens agricultores com formação técnica ou acadêmica dinamizam a agricultura alternativa e atuam no sentido de obter seu reconhecimento e institucionalização do padrão agroecológico de produção (BRANDENBURG, 2002).

No Brasil, atualmente, essas mudanças acontecem a partir de iniciativas de grupos minoritários, como o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) e também com o incentivo de ONGs e grupos de extensão acadêmica à agricultores familiares. O aumento das pesquisas nesta área e a tendência a valorização do conhecimento tradicional, também fortalecem essas práticas aumentando a visibilidade e consequentemente abrindo espaço para novas políticas públicas que contemplem as exigências desses grupos. Além disso, o aumento do

debate acadêmico e esforços para definir e criar conceitos ganham espaço e servem de maior respaldo às ações coletivas.

Entre as diversas correntes agrícolas ecológicas, muitas delas já foram reconhecidas, outras ainda carecem de maior discussão. A agricultura alternativa, por exemplo, que foi uma das precursoras do movimento, ainda não foi regulamentada. As correntes mais relevantes já regulamentadas ou em vias de regulamentação são a agroecológica, a biodinâmica e a orgânica e/ ou biológica (BRANDENBURG, 2002). Entende-se por agricultura ecológica aquela que abrange um conjunto de modelos alternativos ao padrão agroindustrial de produção (BRANDENBURG, 2002). Ela atinge desde os modelos associados à origem do movimento alternativo até os modelos modificados em função dos movimentos ecológicos recentes e regulamentados pelas políticas agrícolas. No final do século XX e início deste, os conceitos sobre agroecologia foram propostos por alguns autores que, havendo muitos argumentos semelhantes entre eles, se tornaram complementares.

O enfoque agroecológico para Gliessman (2000) pode ser definido como a aplicação dos princípios e conceitos da Ecologia no manejo e desenho de agroecossistemas sustentáveis num horizonte temporal, partindo do conhecimento local que, integrando ao conhecimento científico, dará lugar à construção e expansão de novos saberes socioambientais, alimentando assim permanentemente, o processo de transição agroecológica. Esse conhecimento ecológico tradicional que alguns povos possuem no entendimento, manejo e interação com a diversidade de recursos naturais e itens cultivados, assim como das práticas agrícolas desenvolvidas e formas de organização do trabalho familiar, é extremamente importante para a manutenção dos ecossistemas aos quais eles coexistem.

Com maior pretensão, Caporal & Costabeber (2004), dizem que a agroecologia vem se constituindo na ciência de um novo paradigma construído ao longo das últimas décadas. Esses autores explicam que isto ocorre, porque a agroecologia se apresenta como uma matriz disciplinar integradora, totalizante, holística, capaz de apreender e aplicar conhecimentos gerados em diferentes disciplinas científicas, de maneira que passou a ser o principal enfoque científico da nossa época, quando o objetivo é a transição dos atuais modelos de desenvolvimento rural e de agricultura insuficientes ou inadequados para estilos de desenvolvimento rural e de agricultura sustentáveis.

O enfoque de desenvolvimento rural é abordado com mais profundidade por Sevilla Guzmán (2001). Ele afirma que a agroecologia constitui o campo do conhecimento que promove o manejo ecológico

dos recursos naturais, através de formas de ação social coletiva que apresentam alternativas à atual crise de modernidade, mediante propostas de desenvolvimento participativo desde os âmbitos da produção e da circulação alternativa de seus produtos, pretendendo estabelecer formas de produção e de consumo que contribuam para encarar a crise ecológica e social e, deste modo, restaurar o curso alterado da coevolução social e ecológica. Outro conceito e que não se contrapõe com os outros autores é de Altieri (2002). Para ele a agroecologia é uma ciência que fornece os princípios básicos para estudar e manejar ecologicamente os agroecossistemas produtivos, que conservem os recursos naturais apropriados culturalmente, que sejam socialmente justos e economicamente viáveis.

Pela amplitude que vem ganhando essas teorias e práticas em diversos setores da sociedade, se faz necessária ampla discussão não só no meio acadêmico, como também nas instituições governamentais que ainda não estão suficientemente abertas para poder incentivar ou dar subsídios aos agricultores. Por isso, o próximo tema tratado será da agroecologia no contexto socioeconômico, oferecendo aportes para inseri-la nesse contexto como nova oportunidade, principalmente aos agricultores familiares. Sua inserção no mercado é bastante positiva tanto para assegurar renda aos trabalhadores rurais quanto para garantir qualidade aos alimentos, resultando em segurança alimentar para a população em geral e quiçá, em soberania alimentar.

### **2.3.1 Agroecologia e mercado**

Com o novo cenário político no Brasil, a partir da entrada de um governo de esquerda em 2003, o Governo Lula, as novas políticas de crédito e mudanças no apoio aos pequenos agricultores, deram visibilidade a esse grupo ao mesmo tempo em que intensificou a discussão e uso do termo Agricultura Familiar. Ainda assim, essas políticas não são suficientes para atender todas as famílias interessadas em trabalhar com a agroecologia, mesmo porque esse sistema de produção não é uma prioridade ainda para a produção agrícola do país.

Desde a Revolução Industrial os processos de crescimento econômico têm sido acelerados para a produção de alimentos e matérias-primas necessários para a população e para as indústrias (HOWARD,

2007), culminando em um modo de desenvolvimento insustentável<sup>3</sup>. Dentre outras conseqüências, a implantação do modelo produtivista na agricultura, nos sistemas econômicos de livre mercado, veio acompanhada de uma forte monopolização da atividade agrícola, concentração da produção e da propriedade. Esse enfoque de desenvolvimento ocasionou mudanças radicais nas relações cidade-campo, a partir da segunda metade do século passado, no Brasil e na maior parte dos países latino-americanos. As políticas de desenvolvimento agrário adotadas, baseadas no produtivismo, favoreceram as elites conservadoras e marginalizaram a agricultura de base familiar no processo de modernização agrícola (SILVA, 1994; VEIGA, 1997).

Somado a isso, de uma forma geral, a atividade econômica camponesa de pequena escala tem se tornado crescentemente inviabilizada, quer por ausência de preços minimamente compensadores, preços que são controlados pelos complexos agroindustriais, quer pela utilização de práticas arcaicas tecnologicamente e agressivas ambientalmente, incentivadas pela Revolução Verde, que subordinou a agricultura brasileira aos interesses das multinacionais, produtoras de insumos de síntese química, máquinas e sementes (MACHADO & RIBAS, 2002). Por outro lado, o número de produtores orgânicos é crescente no mundo inteiro (FAO, 2009), em parte conseqüência da preocupação das populações urbanas com a saúde e “qualidade de vida”<sup>4</sup>, muitas vezes por influência do próprio mercado, que cria e recria nichos, ou seja, espaços ou oportunidades. Tem aumentado, também, a consciência das sociedades com relação aos problemas ecológicos, energéticos e de bem estar animal. Nos últimos anos tem se consolidado,

---

<sup>3</sup> No Relatório Brundtland (WCED, 1987), o conceito de desenvolvimento sustentável é definido como um processo de mudança no qual a exploração dos recursos, a orientação dos investimentos, os rumos do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional estão de acordo com as necessidades atuais e futuras.

<sup>4</sup> Qualidade de vida é um termo muito usado para expressar uma série de critérios, que são valorizados de forma diferente por cada indivíduo ou grupo social (LEAL, 2008). Portanto há diversas significações de qualidade de vida e que não será discutido neste texto, tendo sido usado aqui, para expressar como a população em geral justifica a escolha por produtos saudáveis.

em vários países, um mercado consumidor disposto, inclusive, a pagar mais por produtos com “qualidade ética”<sup>5</sup> (WARRIS, 2000).

O preço desses produtos tem sido tradicionalmente maior do que o dos produtos convencionais. Isto fez com que, a princípio, a produção de alimento genericamente chamado de orgânico fosse considerada um novo mercado, que poderia ser conquistado pela agricultura familiar. De fato, este acontecimento estimulou muitos agricultores a se iniciarem a produção agroecológica com a finalidade de se lançar no novo mercado e assim valorizar seus produtos, provavelmente por uma remuneração mais justa. Com essa nova oportunidade no mercado, os agricultores interessados passaram a investir em um tipo de comércio diferenciado, porém antigo, do até então praticado, as feiras. Com as vendas sendo feitas diretamente ao consumidor, houve maiores lucros e independência ao invés da longa cadeia em que se via preso ao passar a um atravessador que levava os produtos ao CEASA (Centrais de Abastecimento) e este vendia ao comerciante.

Deste modo, essa escala de produção insere-se em um contexto que surge concomitantemente às mudanças nos padrões da economia globalizada. Os novos arranjos territoriais que começaram a se tornarem visíveis a partir do final do século XX estão causando mudanças em diferentes escalas geográficas dos sistemas socioeconômicos. Na agricultura, surgiram novas questões relacionadas aos processos produtivos. O hegemônico mercado de *commodities* agrícola globais passou a dividir o espaço com novas formas produtivas locais, como as representadas pelos produtos típicos ou tradicionais, que atendem às novas demandas dos consumidores, ao agregar como diferenciais qualitativos ao alimento: cuidados ambientais, tradições, a cultura local e a paisagem rural.

Estas peculiaridades vêm gerando uma relação específica de proximidade entre o consumidor e o produto consumido como forma de vínculo, de identidade (SPECHT E RUCKERT, 2008). Mesmo assim, o espaço para a produção agroecológica ainda é pequeno comparado ao grande comércio de alimentos das grandes agroindústrias e sua histórica concentração da propriedade e da produção agrícola. Esta conjuntura com as especificidades locais, onde estão intrínsecas as ações dos atores

---

<sup>5</sup> Qualidade ética é um termo menos popularizado que qualidade de vida, mas que representa a preocupação com a ética, seja ela com relação aos cuidados com o meio ambiente ou com um trabalho justo para quem produziu o referido produto (Leal, 2008).

locais, tanto das pessoas, como das instituições, vem impulsionando mudanças nas formas produtivas da indústria e do campo.



### 3. METODOLOGIA DA PESQUISA

Para os objetivos desta pesquisa, a investigação seguiu alguns critérios que possibilitaram a coleta de dados e posterior análise dentro de alguns elementos do método etnográfico. Esse método consiste na investigação, estruturado em uma ampla gama de fontes de informação que busca descrever e compreender processos sociais e/ou culturais a partir da observação e registro detalhado de aspectos da vida cotidiana (HAMMERSLEY & ATKINSON, 1983; ROCKWELL, 1991). Foram feitas viagens a campo, com o objetivo de estabelecer certa convivência com os moradores locais, bem como realizar conversas formais e informais com os mesmos. Para complementar esses dados, bem como parte fundamental para compreender a etapa anterior, foi realizada pesquisa bibliográfica a respeito da região e a produção de um diário de campo, aonde as observações de campo eram registradas.

Para obter respostas sobre as questões levantadas nesta pesquisa, de forma que as pessoas pudessem se expressar com liberdade, sem, contudo deixar de responder os pontos importantes que norteiam este trabalho, foram elaboradas entrevistas semi-estruturadas. Este formato é caracterizado por um roteiro pré-estabelecido, que possibilita uma análise comparativa dos dados coletados, inclusive sobre as tomadas de decisão, pois este busca respostas para um conjunto padronizado de tópicos (BERNARD, 1994). O roteiro das entrevistas abrangeu principalmente os aspectos relativos à vida dos participantes da pesquisa e de seus grupos familiares, bem como a história da região, principalmente, com relação à economia local e às escolhas relacionadas à agricultura e a comercialização. Todo o processo envolvido na confecção do pão de milho, produto importante para a alimentação tanto dos participantes da pesquisa, quanto de todos os Colonos do município, foi importante questão levantada e por meio dela, muitos aspectos culturais, gostos e preferências, de subsistência e econômicos, e da biodiversidade agrícola.

Durante as entrevistas, que foram gravadas com auxílio de um gravador digital para facilitar a recordação de todas as respostas, havia certa objetividade, para que o roteiro traçado pudesse ser seguido. Em outras ocasiões, a convivência se fortaleceu e as conversas possibilitaram o conhecimento mais aprofundado da cultura local e inclusive aspectos não mencionados quando da entrevista eram compartilhados nesses momentos. Essa complementação tornou possível

umentar a compreensão da complexidade que envolve todo agrupamento humano, com suas particularidades ou generalidades. O indivíduo e o grupo doméstico são fundamentais na explicação de comportamentos e escolhas, representando os principais elementos de produção e reprodução das estruturas simbólicas, econômicas e políticas (MURRIETA & WINKLERPRINS, 2006; MURRIETA, 2001). Deste modo, houve a possibilidade de identificar os fatores sociais, políticos, econômica e ambiental, responsáveis por suas escolhas.

Foram utilizadas também fotografias como registro das atividades e cotidiano das famílias. Assim, essa narrativa fotográfica foi traçada, em alguns momentos, sendo capaz de contar, de narrar em uma construção de sentido previamente organizada (ACHUTTI, 1997; BIAZUS, 2006). Estabelecendo esse contato com a antropologia visual, o potencial narrativo das imagens trouxe ao trabalho outra forma do “olhar sobre o outro” e assim, constituindo a fotografia como uma forma de descrição e interpretação dos dados obtidos em campo, não apenas como um instrumento de coleta de informações a fim de realizar um simples inventário da cultura estudada, mas sim como alguns “textos visuais” construídos para restituir determinada realidade. A fotografia, nesse caso, é a materialização de um olhar, ou o discurso de um olhar, usada para enriquecer as informações.

### **3.1 A escolha dos grupos e região de estudo**

A escolha da região de estudo e seleção dos informantes foi realizada a partir do contato direto com os agricultores que participam de feiras livres em Florianópolis e através deles houve indicação de outras famílias com o mesmo perfil. Os critérios considerados pertinentes a essa pesquisa foram: os informantes se identificarem como agricultores diferenciados dos agricultores convencionais, neste caso, agroecológicos; apresentarem grande quantidade de espécies e variedades de produtos agrícolas comercializados, identificados na própria feira e nas propriedades. Houve também uma indicação de informantes que ainda cultivam o milho crioulo, da variedade conhecida por eles como “comum” ou “amarelinho”, sendo importante espécie da biodiversidade agrícola intra-específica e principal para a produção do pão de milho, produto tradicional que faz parte da dieta das famílias locais e é comercializado localmente em padarias e feiras. Desses

agricultores, levou-se em consideração também a atividade de comercialização em pequena escala de seus produtos a domicílio. Foram escolhidas no total, 17 famílias do município de São Bonifácio, que representam 3,7% da população rural do município. Dessas, apenas 7 famílias trabalham em feiras fora do município. As outras 10 famílias conseguem renda com o comércio local.

### **3.2 Descrição da área de estudo**

O município de São Bonifácio, localizado há 83 km de Florianópolis, capital de Santa Catarina (Figura 1) está inserido no Bioma Mata Atlântica, quase que inteiramente na região ecológica de Floresta Ombrófila Densa e com a presença da maior e uma das mais importantes Unidades de Conservação Estaduais, o Parque Estadual da Serra do Tabuleiro, que cobre 22% do município. Sua população rural é predominantemente formada por pequenos produtores rurais que remontam o período da colonização alemã nos estados do sul do Brasil. Esse grupo étnico de origem germânica teve sua história norteada pelas políticas de colonização, no início do século XIX. Na época, se estabeleceram em colônias tendo por isso se autodenominados como Colonos, sendo esta uma forte identidade até os dias atuais. A população total é de 3008 indivíduos e o total da população rural é de 2323, sendo que estas últimas estão divididas em 465 famílias (IBGE, 2011). São Bonifácio sofreu um processo de redução populacional (8,3%) entre os anos de 1970 e 2000. (IBGE, 2011). O número de estabelecimentos menores de 100 hectares e a predominância da agricultura familiar é característica marcante. O setor secundário é o que apresenta maior expressividade na arrecadação de tributos, sendo a indústria madeireira a de maior destaque. Entretanto, é o setor primário que mantém a maior parte da população ocupada (IBGE, 2011). A bovinocultura é a principal atividade pecuária e as 15 mil cabeças de gado concedem ao município o 1º lugar deste setor na região (CEPA, 2006).

A região era originalmente habitada por índios Xoklengs, do tronco lingüístico Jê, até os primeiros colonizadores chegarem em 1864, vindos da Alemanha e se estabelecerem no Alto Rio Capivari, tendo atualmente a maioria da população do município de origem alemã. Na região, houve colonização que teve por objetivo povoar áreas tipicamente de florestas, com o intuito de ligar as áreas litorâneas ao

planalto como forma de facilitar o trânsito de produtos a serem comercializados. Atualmente, aproximadamente 55% do território de São Bonifácio são de Mata Atlântica, com grande presença de indústrias madeireiras locais e apenas 22% de área protegida, pertencentes ao Parque da Serra do Tabuleiro. Além da indústria madeireira, a economia do município é baseada na agricultura, com ênfase no plantio do fumo, olericultura e fabricação de laticínios (SIMÕES, 2008). Em sua história de fundação, foi criado o distrito de São Bonifácio do Capivari, anexado ao município de Palhoça pela lei municipal nº 271, de 23 de novembro de 1917, tendo permanecido como distrito de Palhoça até a divisão territorial de 1960. Dois anos depois, foi desmembrado e elevado à categoria de município (IBGE, 2011).



**Figura 1.** Localização de São Bonifácio, SC (Fonte: (SIMÕES, 2008), Mapa: Glauco Ladik Antunes, 2008).

O município é formado por 15 microbacias hidrográficas, que são do ponto de vista físico, uma unidade geográfica delimitada por uma rede de drenagem, ou seja, córregos, que deságua em um rio principal, podendo até ser classificada como uma pequena bacia. Somado a isso, a microbacia está associada à realização de programas de desenvolvimento sustentável, tendo como beneficiários diretos comunidades rurais, neste caso realizado pela EPAGRI (Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina). Como em

todo território nacional, a distribuição das famílias se deu próximo aos rios, com uma relação que resultou em pontos de localização, ou seja, os bairros são regiões delimitadas pela proximidade aos rios, em sua maioria. O rio Capivari, principal rio da cidade, nasce a 800 m acima do nível do mar, na serra do Capivari e corre no sentido norte-sul até desaguar no rio Tubarão, formando um fértil vale (DIRKSEN, 1995). Neste caminho recebe as águas de diversos afluentes como os rios Bloemer, Moll, Ferro, Sete, Poncho, entre outros. Sendo próximo a esses rios a localização das famílias participantes da presente pesquisa, além de Santo Antônio, todos localizados nos pontos da Figura 2.



**Figura 2.** Pontos de localização dos bairros onde residem as famílias desta pesquisa em São Bonifácio, SC.

### **3.3 Análise e apresentação dos resultados**

A análise dos resultados foi realizada a partir dos dados obtidos em todas as etapas de coleta de dados, passaram então por uma reorganização em categorias analíticas menos abrangentes. Essa reorganização facilitou comparações e potencializaram a percepção de possíveis tendências dentro das abordagens menos redutíveis deste estudo (HAMMERSLEY & ATKINSON, 1983). Alguns dados para fins ilustrativos ou de comparação foram extraídos de fontes amplamente utilizadas com indicadores econômicos e sociais de domicílios, como o IBGE (IBGE, 2006). Os registros das informações oriundas das entrevistas gravadas foram transcritos e muitos trechos relevantes foram utilizados para maior compreensão da dimensão de cada resultado obtido. Os nomes dos informantes foram trocados, para preservar sua identidade e autoria de opiniões, sem comprometê-los com quaisquer repercussões possíveis a partir da publicação desta pesquisa. Assim, os resultados serão apresentados de forma clara e relacionados com o referencial teórico levantado, levando à conclusão.

#### 4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Adiante serão apresentados os resultados obtidos nesta pesquisa e as discussões pertinentes a eles. Foi feito um levantamento de diversos aspectos econômicos, sociais e culturais envolvidos nas estratégias de subsistência, uso e comercialização agrícolas. As famílias agricultoras que participaram da pesquisa praticam agroecologia, como é por eles denominado, e mesmo apresentando resistência, enfrentam dificuldades. Os fatores históricos e sociais envolvidos nas escolhas para as práticas agroecológicas são apontados. Tal levantamento é baseado nos relatos locais, que foram registrados durante as visitas ao longo do trabalho de campo, analisadas e complementadas com bibliografia pertinente. O destaque é dado para algumas práticas que buscavam valorizar a biodiversidade agrícola, em feiras livres ou no mercado local e a Festa do pão de milho, que tem como principal produto o tradicional pão de milho. Essas práticas têm como objetivo proporcionar renda e garantir a dieta diária das famílias, indicando segurança alimentar.

Somado a isso, é importante lembrar que ao longo da coleta de informações muitos aspectos da vida cotidiana dos Colonos foram levantados. O objetivo de focar nossa descrição e análise apenas nos pontos que mostraram maior influência sobre as estratégias socioeconômicas de valorização da biodiversidade agrícola, alguns resultados não esperados foram incorporados ao trabalho por representar grande influência nas questões inicialmente levantadas. Por exemplo, a presença e liderança feminina nas tomadas de decisão, na administração, no conhecimento agrícola e nas receitas elaboradas e mantidas tradicionalmente com algumas espécies que fazem parte da biodiversidade agrícola, foram importantes resultados. Foi tratada também a questão do auto-reconhecimento em ser Colono, pelos agricultores, aspecto que se mostrou importante em muitos relatos. Isso porque, neste cenário apresentado, muito do que lhes foi questionado era explicado pelo fato de serem Colonos. Isto é, alguns aspectos do modo de vida e cultura dos Colonos são justificados por eles pelo fato de serem esse grupo, com sua cultura e modo de vida, o que lhes dá identidade de grupo e os distinguem. Assim, um possível olhar para futuras pesquisas sobre o tema será sugerido.

#### 4.1 São Bonifácio: Imigração germânica e campesinato

Retomando a história do campesinato brasileiro, desde a colonização do Brasil há exploração intensa do território, pela coroa portuguesa, para produção de bens comercializáveis (WOLF, 2003). Ao longo dos séculos que se seguiram a constituição da sociedade nacional esteve associada a padrões culturais de produção e consumo impostos pela economia externa, o que representava para a dinâmica econômica local estar sempre subordinada aos impulsos dos mercados internacionais, para onde a produção local escoava (WOLF, 2003; GARCIA JR, 2002). O poder social na colônia e do espaço físico era dominado pela esfera agrícola e centrado no latifúndio (WOLF, 2003; GARCIA JR, 2002). Neste contexto, o campesinato brasileiro teve sua formação associada a expansão do capitalismo na Europa desde os primeiros séculos de criação das colônias (WOLF, 2003), mas sobreviveu de forma marginal ao eixo econômico central (GARCIA JR, 2002; DA SILVA, 2008). De acordo com o período histórico e com o contexto geográfico local, variava o grau de intensidade entre a estrutura produtiva destas sociedades com a sociedade envolvente (GARCIA JR, 2002; DA SILVA, 2008). Assim, as populações camponesas sobreviveram, interagindo com ambientes específicos, se adaptando a novas condições sociais e de mercado, adquirindo suas particularidades (WOLF, 2003; WANDERLEY, 1996).

Desde a primeira fase de colonização européia (1818-1830), os interesses brasileiros eram bem precisos: instalar no país agricultores livres e brancos, em áreas não ocupadas pelos latifúndios, num processo sob o controle do estado. O fluxo imigratório se tornará mais intenso na segunda metade do século XIX (SEYFERTH, 2004). No Brasil, a etnia alemã esteve associada ao regime de colonização com pequenas propriedades e certamente não foi o contingente mais expressivo nas estatísticas da imigração, pois entraram no país, muito mais italianos, portugueses, espanhóis e japoneses. Os alemães, em sua maioria estabeleceram-se no país através do sistema de colonização e se concentraram em algumas regiões do Sul do país. Esses grupos foram assentados como pioneiros em terras devolutas, num processo controlado, e ali ficaram “isolados” da sociedade brasileira, com a qual só teriam mais intenso contato já no período republicano (SEYFERTH, 2003). O sistema privilegiou o regime de pequenas propriedades familiares, em lotes demarcados nas picadas e travessões, quase sempre acompanhando dos cursos de água (SEYFERTH, 2003). Na prática, os

alemães não escolheram o isolamento e a homogeneidade, o assentamento foi conduzido dentro dos ditames de uma política de colonização da época.

Em São Bonifácio, os imigrantes alemães seguiram esse mesmo caminho, tendo vindo da região do que atualmente é a Westfália, em 1864 (SCHADEN, 1940). Esta região se localiza no noroeste da Alemanha, pois que somente em 1870 ocorreu sua unificação, tornando-se um país (DIRKSEN, 1995). Ao mesmo tempo em que no Brasil acontecia esse movimento de abertura aos imigrantes, havia na Europa grande instabilidade provocada por muitas guerras e revoluções. Primeiro foram as guerras napoleônicas com todas as suas conseqüências que duravam dezenas de anos, seguida de algumas revoluções. A Revolução de 1848 provocou um clima de instabilidade e insegurança e em 1870 estourou a guerra franco-prussiana (DIRKSEN, 1995). A ocorrência e as conseqüências da Revolução Industrial também explicam este movimento migratório.

Nas conversas com os Colonos participantes da pesquisa de São Bonifácio, a identidade alemã é fortemente reconhecida pela língua que é expressa por a terem mantido como segunda língua. Há também alguns descendentes de holandeses, que diferenciam sua origem devido ao sobrenome, mas apesar disso não se reconhecem como uma cultura distinta. Abaixo, três relatos que mostram a chegada dos Colonos e sua relação distante com os índios, que ia se afastando a medida que cada geração surgia.

*“Eu nasci aqui, meu pai e minha mãe nasceram aqui. Meus bisavós nasceram na Alemanha. (...) meu avô foi morto pelos índios, porque eles atacavam os índios e tomaram as terras dos índios e por isso foi morto. Os índios cederam, foram embora. (...) aqui atrás tem uma caverna que era o esconderijo dos índios, era uma guerra, era uma disputa e os índios perderam como perderam em todos os lugares (...)” (Angela, 57 anos).*

*“Antes dos meus avós haviam indígenas, porque quando eles chegaram encontraram flechas aqui na propriedade” (Antônio, 59 anos).*

*“Minha sogra sempre me contava, ela era moça, ela conta que ela ia trabalhar aqui, que ela tinha que cuidar da casa, ir lá tratar da criação, disse que ela tinha que levar um pedaço de pão, dar*

*pros cachorros pra ela chegar na casa, que os cachorros eram bravos, que ela estava assim capinando no morro, isso faz muitos anos, ouvia os índios fazendo “uuuu” (sons) e via varas que eles jogavam lá no alto do morro, dizia que os cachorros ficavam deitados, bem pertinhos de medo, que engraçado né? Como as pessoas tinham coragem naquele tempo.”( Lúcia, 65 anos).*

Desde a chegada desses imigrantes e muito provavelmente pelo contato que tiveram com os povos indígenas que viviam aqui, os Xoklêngs, do tronco lingüístico Macro-Jê, família Jê (RODRIGUES, 1986; HOFFMANN, 2011) houve um legado deixado por esses povos, as culturas agrícolas, que influenciou a alimentação dos Colonos da região, mesmo que a convivência não tenha sido amigável pela disputa por terras. Os Xoklêngs já cultivavam o milho, o cará e a bata doce, ingredientes básicos para a receita do pão de milho, entre outras espécies, que alimentam os Colonos desde seu estabelecimento em terras tropicais.

## **4.2 O Colono**

Ao chegar em São Bonifácio pela primeira vez, tendo chegado pela SC-431 vinda de Florianópolis, a vista da Serra do Tabuleiro, contemplativa e aprazível, não foi o que mais me chamou a atenção. Apesar de belíssima, a Mata Atlântica com sua característica paisagem e espaço ocupado pelos elementos mais diversos de sua natureza, em formas e cores de ipês, baquaris, caxetas, pau-mandioca, vassourão, canelas, perobas, guaraparis, manacás-da-serra, já estavam, aos meus olhos, familiarizados. Ao chegar à cidade, observava cada detalhe, suas casas, estabelecimentos comerciais, praça, igreja, prefeitura e escola representam uma típica cidade interiorana de dimensão pequena, em relação às cidades brasileiras. Esta também se apresentaria com pouco diferencial, não fosse seu povo. Este povo, de imigração germânica, apresentava em sua grande maioria pele, cabelos e olhos claros e pareciam se esforçar para continuar expostos ao forte sol. A língua alemã, estampada nos nomes dados às padarias, lojas e mercados também pareciam mostrar a origem daquela população. Mais adiante, ao seguir em direção à casa da família a qual eu me estabelecerei durante uma semana, e a partir de então, todas as vezes em que estive lá, no Rio

do Poncho, as casas, em pequenas propriedades de terra eram de enxaimel, arquitetura típica alemã, onde paredes montadas com hastes de madeira encaixadas entre si em posições horizontais, verticais ou inclinadas, cujos espaços são preenchidos geralmente por pedras ou tijolos, eram comuns naquele lugar (Figura 3).



**Figura 3.** Casa enxaimel, de Dona Ignez.

Ao longo dos dias, as comidas a mim servidas também caracterizavam a influencia de suas origens. A “chimia” ou geléia, do alemão *schmier* no café da manhã, a banha de porco para preparar tanto os pratos do almoço e jantar quanto para untar formas, eram algumas delas. Enquanto que a maior parte dos produtos agrícolas consumidos são produtos que foram domesticados por indígenas e nesta categoria está o milho, o feijão, a mandioca, a batata-doce, a batata-inglesa, o cará, o amendoim, a abóbora, entre outros (REBOLLAR, 2006).

O modo de ser do Colono é expresso em cada frase que consegue explicar uma ação, atitude ou mesmo uma causa ou consequência de seu cotidiano. “Isso é coisa de Colono”, “os Colonos fazem assim”, “quando os Colonos querem” ou “só porque é Colono”, são expressões muitas vezes inseridas no discurso para explicar diversas questões de vários assuntos. Para o Colono, o “*ser Colono*” explica, sim, muitas coisas. Porém, mesmo com essas informações e tendo relacionado a essa percepção a questão de identidade de um grupo, é observado que há “Colonos” em várias partes do Brasil, já que a palavra vem de colonizador, ou seja, de quem está colonizando. Nos diferentes lugares onde essa expressão é usada, são expressas diferentes conotações e sentidos, inclusive pode ser usado de forma depreciativa e excludente.

*“Acordo de manhã, vou tirar leite, dar comida pras galinhas, depois tomo um cafezinho. Vou cuidar da terra. Faço almoço, meio dia venho e almoço, dou uma descansadinha. A tarde a mesma coisa, tirar leite das vacas, tratar os porcos, depois faço a janta. A vida do Colono é assim mesmo.”*( Nádía, 65 anos).

No entanto, a terminologia “Colono” para os entrevistados desta pesquisa, representa o sentimento étnico e a coesão de um grupo, sem se destacar de todo conjunto de modos de vida de sua própria cultura. Por isso, foi destacada a importância de se autodenominar Colono e o que isso parece representar para eles. O que faz com que se julgue a importância de evidenciar um povo e suas características culturais e do meio em que vivem, é poder compreender e lhes dar visibilidade, garantindo sua legitimidade e conseqüentemente seus direitos, enquanto grupo, em categorias jurídicas. Por isso, há a necessidade de reafirmar que os Colonos se identificam como tais e que, por isso, é sugerida uma importante reflexão.

As terminologias já apresentadas neste trabalho, sobre Camponato, Agricultura Familiar e Povos Tradicionais indicam que há pontos em comum encontrados entre a população estudada e a de que tratam os autores, como já elucidado. Há, portanto, a relação com cada uma dessas categorias, principalmente pelo caráter familiar da unidade produtora, o consumo quase total de sua produção, sua relação com meio ambiente e o caráter intensivo do trabalho. No entanto, a categoria de agricultores familiares é a que mais se aproxima do recorte feito nesta pesquisa. Além disso, outra categoria usada na literatura para agrupá-los,

desta vez um grupo menor, caracterizado pela origem germânica, são os teuto-brasileiros. Esse grupo foi definido como o grupo de brasileiros que tem pelo menos um ascendente etnicamente alemão, podendo ou não ter uma forte afinidade cultural com povos tradicionalmente considerados germânicos, ou seja, alemães, austríacos ou suíços holandeses e outros, configurando um mosaico cultural diversificado com um idioma em comum (SEIFERTH, 2004). De fato, há uma base cultural germânica, mas nesse caso, há uma restrição do grupo pela origem genética e geográfica e não por todas as suas singularidades culturais reproduzidas em terras brasileiras.

Há ainda dois conceitos, em que o primeiro se refere a noção de “cultura híbrida” e o outro à cultura “teuto-brasileira”, onde ambos, remetem a uma concepção de identidade fundada na diferença cultural características de sistemas interétnicos (SEIFERTH, 2004). Somado a isso, o que se entende por teuto-brasileiro é que é uma designação genérica que se atribui aos grupos de descendentes dos imigrantes alemães, sobretudo nos Estados do Sul (VOIGT, 2008). O termo *Deutschtum* teuto-brasileiro ou, *Deutschbrasilianertum*, mostra a ideologia étnica teuto-brasileira a qual foi representada no final do século XIX, por um grupo de intelectuais que faziam parte da Legião Alemã, um conjunto de cerca de 1800 soldados e sargentos e 50 oficiais recrutados na Alemanha em 1852, por um representante do governo imperial brasileiro. Foi, portanto, construída em oposição aos brasileiros, com uma retórica etnocêntrica baseada na superioridade germânica. O termo *Deutschtum* tem duplo significado, podendo ser empregado para exaltar a contribuição econômica e cultural dos imigrantes alemães como para expressar a pertinência étnica alemã. Assim, a identificação ao termo Colono, os aproxima de uma identidade própria e livre dos clichês e preconceitos étnicos herdados pela história e reproduzidos em trabalhos acadêmicos, muitas vezes sem o cuidado com sua etimologia. Os Colonos expressam nessa identidade a aproximação com a terra colonizada, porém no presente com outra configuração, sua terra natal.

### **4.3 O pão de milho**

A história de São Bonifácio está notavelmente relacionada com o pão de milho, desde sua tradicional Festa do pão de milho que é realizada desde 1994, sempre no município, até a produção diária para abastecer as padarias, mercados da cidade e feiras livres. Essa receita

tem seu início na época da colonização, em que os Colonos tiveram contato com as espécies cultivadas pelos indígenas, substituindo a farinha de trigo pela farinha de milho para fazer o pão.

*“(...) Aqui foi fundado a base do pão de milho. Pão de trigo não tinha, era acesso ruim de chegar aqui com o trigo, aqui dentro era só o pão de milho (...) Eu não me dou com pão de trigo. A gente come pão de trigo, come de manhã, come uma porção, quando chega dez da manhã, já está com fome. Se come o pão de milho, come duas fatias de pão de milho, vai até meio dia. Coloca lingüiça com pão de milho, ovo frito com pão de milho, média e queijo, vai até meio dia, agora o pão de trigo, pega um pãozinho de trigo grande e amassa ele um monte, faz uma bolinha pequeninha. Pega o pão ele é grande, quando amassa ele não fica nada. O pão de milho é aquele que tu corta e é. (...) pra mim tem que ser o pão de milho ou a polenta, de farinha de milho. Mas pão de trigo não, eu sempre digo, é trato de piava. Come e come, de instante e instante tá comendo, isso não sustenta.”. (Seu João, 73 anos).*

*“Pão de milho é comida de Colono. O Colono que trabalha na roça, eles dizem que se não têm o pão de milho, eles logo ganham fome (...) Quando a gente ia pra roça, levava o pão de milho, banana e ovo cozido, era a comida da gente (...) banha de porco com açúcar por cima do pão de milho, muitos faziam isso.” (Ilda, 54 anos).*

*“Aprendi o pão de milho com a minha mãe, ela faz há 70 anos, desde novinha ela já fazia, da casa dos pais dela (...) a maioria só serve para o gasto, faço pra vender, mas às vezes não dá pra fazer tudo, não sobra pra vender (...) hoje em dia a gente compra a farinha (de milho) no mercado, mas há poucos anos, uns 15, 18 anos por aí, a gente pegava o milho mesmo e levava pra atafona e moía, às vezes a gente compra ali no Vale do Cedro, São Martinho que ainda tem atafona e ainda vendem (...) o milho que tinha antigamente era o comum ou o amarelinho” (Abigail, 47 anos).*

*“(…) Fiz o meu primeiro pão de milho com seis anos. Há cinco anos faço o pão de milho pra vender (…) eu aprendi a fazer o pão de milho com a minha mãe e com a minha avó, que foi também uma grande mãe pra mim” (Ângela, 57 anos).*

Com esses relatos, é claramente demonstrado o gosto construído por fortes laços familiares e pela sua importância nutricional, que fazia e faz o Colono reproduzir em sua cultura o saber fazer, continuando então a preparar o pão de milho. Essa preferência alimentar, mantém a produção de pão de milho e valoriza a biodiversidade agrícola ainda que atualmente a receita tenha se adaptado às novas demandas, passando a ser feito com farinha de milho híbrido, vendido nos mercados, para a comercialização. No entanto, o pão de milho caseiro, permanece sendo feito com a farinha do milho crioulo, o amerelinho ou comum. Utilizam até hoje, as técnicas e a receita dos antigos, além da farinha de milho, juntamente o cará e a batata doce (Figura 4). Depois, colocavam pra assar em folha de caeté e assavam até queimar a camada superior (Figura 5), que era o ponto ideal para o consumo.



**Figura 4.** A. Pães de milho assando no forno à lenha; B. Preparo do cará e da batata doce.

*“(…) antigamente eu fazia aqui, o pão de milho, toda semana (…) vai farinha de milho, daí primeiro tem que fazer fermento com farinha de milho e esperar até que crescer (…) vai também o dobro de cará por batata. Poe sal e um pouquinho de açúcar. Deixa crescer, quando ta bem crescido, bota em forma e vai pro forno” (Dona Olga, 76 anos).*

A prática das festas, que ocorre em todas as populações humanas, também era costume dos imigrantes. Além disso, como acontece com quase todos os povos ao redor do mundo, as festas eram acompanhadas por comida (MURRIETA, 2001), assim esse costume também faz parte das tradições desse grupo. Mais recentemente, no início da década de 1990, a Festa do Pão de milho, realizada pela Secretaria Municipal de Cultura e Turismo de São Bonifácio surgiu com o propósito de contar a história da imigração da região e promover seu principal produto, o pão de milho.

Para relatar toda essa trajetória, o “Desfile da Colonização”, uma das principais atrações, é uma grande encenação ao ar livre, com atores trajando vestimentas típicas, e um narrador com microfone conta a história em cima de um carro de boi, transporte muito usado na época. Ela é realizada a cada dois anos e atualmente a “gastronomia germânica”, cardápio divulgado para esta festa, ainda tem o espaço para venda de pão de milho, onde todos os agricultores desta pesquisa que trabalham em feiras, participam (Figura 5).



**Figura 5.** A e B. Festa do pão de milho.

Contudo, há críticas quanto a mudança que a festa vem sofrendo a cada evento, pois além de produtos considerados tipicamente coloniais, como o mel, as bolachas, as conservas, chimias e geléias há a venda de gado, churrasco, cachorro-quente e shows com músicos regionais. A maior crítica é justamente quanto a perda do caráter tradicional que a festa tinha, para um perfil comercial e a abertura para comerciantes de fora do município.

A receita também sofreu algumas alterações e pode ser um indicador da perda da biodiversidade agrícola da região, já que em

substituição à farinha feita do milho crioulo, conhecido na região como milho comum ou amarelinho, vem sendo usada a farinha industrializada feita com o milho híbrido. Através dos relatos é claramente percebido que houve e está havendo mudanças e o risco é percebido por eles.

*“Antes o milho era levado pro moinho, agora a gente compra. Ficou mais fácil agora. Agora a gente tem só o milho pro gado, que é o híbrido. Isso porque o milho comum é mais fácil de cair, com o vento”* (Abigail, 47 anos).

*“Usamos dois tipos de farinha, porque só a Mãe Luzia não dá, é muito fina, aí tem que misturar e a outra farinha é da Vargem do Cedro em São Martinho, que é dos Colonos, do milho amarelinho, que eles moem lá (...) Aqui não tem mais o pessoal que produz o milho, tinha aqui o milho amarelinho, tem época que o pessoal me arruma, tem época que não. Aí eu não posso esperar, porque o pessoal confia na gente, tenho que ter o pão de milho o ano todo(...) o pão de milho é muito complicado, tem época, agora daí pra frente a batata brota o cará ta mais velho, aí pego o que vem do CEASA (...) e o cará é dos Colonos mesmo (...) Vendemos pros Colonos de casa em casa, pra padaria e pra Universidade”* (Paula, 35 anos).

O risco de perda dessa variedade de milho é grande e preocupa os Colonos, não só pela perda da biodiversidade agrícola, mas também pela diminuição na qualidade do pão de milho, tanto no sabor quanto nas características nutricionais. Mesmo que saibamos que a biodiversidade vem apresentando ganhos e perdas contínuos, percebe-se que nas últimas décadas esse equilíbrio tornou-se negativo (BOEF *et al*, 2007).

*“Aqui na nossa região os milhos híbridos são cultivados pra colher o pé inteiro pra comer grãos. O que acabou um pouco com o pão de milho, com as tradições foi o milho híbrido, porque o milho híbrido só dá polenta, não dá o pão de milho (...) aqui tem muitos bancos de milho ainda (...) mas eles só tem o amarelinho mesmo pra consumo próprio e pra não perder a semente,*

*eles não tem mais pra tratar porcos e galinhas, eles não tem mais grandes roças de milho, como tinha antigamente. O milho amarelinho é usado agora só pro pão de milho.* “ (José, 42 anos).

*“O milho amarelinho está se perdendo. A cultura aqui é de pão de milho, tem a festa, e isso está se acabando, hoje o pessoal tá preocupado em fazer silagem com o milho (...) hoje em dia o pessoal compra insumo pra tratar os animais, é raro ver alguém que usa só coisas da roça pra tratar os animais”* (Maria, 38 anos).

*“O (milho) amarelinho dá um pão mais macio do que a outra (farinha) (...) uso a atafona um pouco ainda, mas ralo. A pequena gosta muito também do pão de milho, a mãe e a mulher não gostam (...) não adianta fazer uma fornada que estraga, a gente compra do padeiro então”* (Pedro, 49 anos).

*“Agora nós compramos a farinha pronta (...) tem muita diferença da farinha de milho amarelinho (...) tem o milho amarelinho, mas não mói mais (...) ele vira muito com o vento, esse milho amarelinho, por isso não planta mais”* (Ângela, 57 anos).

A manufatura deste pão vem sofrendo processo de modernização e foram incluídos maquinários semi-industriais para tal mudança (Figura 6). O aumento da demanda e a oportunidade de renda com essa atividade fizeram com que aumentasse a produção e fosse preciso utilizar mais farinha de milho.

No entanto, a produção agrícola não vem acompanhando esse processo, retrocede ao investir em milho híbrido para a silagem para o gado, atividade excludente e recentemente incentivada por projetos de extensão rural da EPAGRI. Esta, inclusive, não apóia e nem incentiva os agricultores a produzir de forma agroecológica, deixando de oferecer assistência técnica ou capacitações para manter o cultivo do milho amarelinho ou comum.

Ao contrário, ainda perpetua essas práticas nocivas ao meio ambiente e à sociedade, com a agricultura convencional, favorecendo riscos socioambientais e conseqüentemente aumentando o uso de farinha de milho híbrido para a fabricação do pão de milho.



**Figura 6.** Processo de produção do pão de milho semi-industrializado. A. Folhas de Caeté; B. Batatas doces; C. Carás; D. Carás e batatas doces descascados e imersos em água; E. Ralador; F. Farinha de milho híbrido industrializado; G. Massa do pão de milho na bateadeira; H. Forno à lenha; I. Pão de milho.

*“ (...) tem um volume de trabalho que você tem, uma quantidade, e no caso do pão de milho você tem que produzir o milho, a batata e o cará e daqui a pouco vai te ocupar muito tempo para pouca produção, pouco incentivo, não sei, isso é uma coisa em estudo, não é uma coisa que a gente descarta de vez, mas está em segundo plano”* (Elias, 47 anos).

Nesse sentido, os hábitos alimentares saudáveis podem ser induzidos ou mantidos através de políticas públicas responsáveis, para que a insegurança alimentar e nutricional não prejudiquem os hábitos alimentares da população (BELIK & SILIPRANDI, 2010). Sendo assim, a segurança alimentar, tão discutida em diferentes âmbitos institucionais, parece ser apenas mais um discurso dentro dessas esferas, sem o apoio para aplicação prática, já que não há incentivos para uma produção agrícola e pecuária que valorize essa biodiversidade.

#### **4.4 Biodiversidade marginal**

A biodiversidade agrícola é observada na grande diversidade de espécies cultivadas pelos agricultores desta pesquisa. Existe, inclusive, no grupo, importantes melhoristas que selecionam sementes de milho crioulo, cebola, feijão, batata, entre outros. Seu cuidadoso e independente trabalho não é amplamente reconhecido, estando quase que invisível aos olhos da sociedade e ignorado por órgãos públicos. A agricultora Dona Zenaide, 55 anos, e o agricultor, Antônio, 59 anos, cada qual de uma família diferente, identificados como melhoristas apresentam dificuldades financeiras e não participam de feiras, vendendo seus produtos a conhecidos e amigos, no caso dela, e ele tem pequena produção de cebola e batatinha para o CEASA/SC<sup>6</sup>.

*“Eu tive chance de estudar fora e não fui, eu gosto de morar aqui, eu gosto de trabalhar a terra. E não me arrependo que eu não fui estudar, mas estou para trás no conhecimento, mas o estudo deixa a gente a par da situação. Em termos de estudos, eu fiquei parado no tempo, não em*

---

<sup>6</sup> CEASA: Centrais de Abastecimento do Estado de Santa Catarina/SC localizado no município de São José/SC.

*termos de trabalhar. Eu tenho um conhecimento de fazer novas sementes, de fazer coisas diferentes aqui na propriedade. Meus pais vem fazendo sementes de cebola há quase 60 anos, produzidas na propriedade. A semente de batatinha também, a gente compra as caixas de mudas certificadas, a gente planta e faz o rodízio das culturas e faz as sementes aqui na propriedade, não como semente de laboratório, mas a gente planta em uma localidade aqui e troca outra localidade, quatro, cinco vezes a mesma variedade, a mesma batata” (Antônio, 59 anos).*

O milho comum ou amarelinho é selecionado por Dona Zenaide e foi possível determinar em Rebollar (2008) que os agricultores, muitos deles participantes da presente pesquisa, participavam de dois tipos de sistemas de trocas, local e regional, onde os agricultores trocavam sementes com vizinhos ou familiares e Dona Zenaide participava do sistema regional, por ser procurada por outros agricultores de locais mais distantes interessados em trocar com suas sementes de milho. Apesar de não ter sido um questionamento da presente pesquisa, soube que Dona Zenaide ainda troca sementes, assim como todos trocam ou trocaram em diferentes ocasiões. Ou seja, essas práticas de trocas ainda continuam presentes na região. Do trabalho de Rebollar (2008) até os dados coletados neste estudo, dos cinco agricultores em comum, apenas uma continua plantando o milho comum ou amarelinho com a mesma quantidade e sem pretensões de parar. No entanto, os outros quatro reduziram seu plantio. Justificam pelas dificuldades de cultivo deste milho, pois relatam que correm mais riscos de perdas principalmente pela queda por vento, a facilidade e produtividade do milho híbrido e a falta de incentivos para plantar o milho crioulo.

*“Antes você plantava aipim e abóbora e desconhecia adubos químicos, herbicida, inseticida, qualquer coisa. Com o milho híbrido veio o adubo químico, então a maior parte dos agricultores mais antigos, não tinham essa noção de administrar, nunca precisou comprar adubo químico, ele comprava enxada, machado, foice, ferramentas. Mesmo que eles ganhassem menos dinheiro, tinham menos dívidas. Tinha que ter uma administração específica pra isso (...) a gente fez muitos cursos para administrar pela Epagri,*

*mas pra muitas pessoas tudo era eufórico e não souberam administrar (com relação à ascensão e queda da produção de leite no município” (José, 42 anos).*

Em contrapartida, o apoio e o estímulo dado pela EPAGRI, aumentaram o plantio de milho híbrido, usado principalmente para silagem, já que a criação de gado de corte e gado leiteiro também são incentivados. A produção de leite foi uma atividade introduzida na região por trabalhos acadêmicos e de extensão, resultando em um aumento expressivo de sua produção, sendo encorajada pela produção de fora do município. Esta ação garantiu o funcionamento do laticínio já instalado e a implantação de um novo laticínio em 1994 (SIMÕES, 2002). Depois de alguns anos de sucesso, em 1998 os Colonos da região puderam sentir a queda após a ascensão da produção de leite e muitos ficaram individualizados por isso. Nas histórias contadas, seguem essas informações.

*“Comia banha com açúcar no pão de milho quando ia na aula (...) Porque a mamãe não tinha leite, não tinha vaca, ninguém tinha muito leite e tinha que passar sem leite, tinha que fazer. Fazia chimia de ovo, fazia chimia de amendoim, e tinha a banha, tinha que fazer” (Seu Barboza, julho de 2010).*

*“Com o passar do tempo veio o arado, veio o trator e o pessoal foi arando pequenos pedaços de terra, mesmo nos morros e esse milho (amarelinho) não vai bem em terra virada, ele esta adaptado pra outra realidade, pra coivara pra roça de aipim com abóbora, diferente. Foi quando chegou o milho híbrido, que é o 303, o mais simples, o primeiro que veio. E todo mundo começou a comprar o 303, que vai bem em terra virada e aceita bem adubo químico. Junto com as vacas de leite, foi na mesma época e a Epagri ensinou a fazer silagem (...) aí a agricultura aprendeu que o leite dá dinheiro, mas também precisa comprar os insumos que antes ele não fazia isso (...) Tem duas fábricas de queijo hoje em São Bonifácio e nenhuma das duas é mantida pelo leite de São Bonifácio. Mesmo que fechasse uma*

*fábrica não teria leite suficiente para tocar uma fábrica, a maioria do leite vem de fora, vem de Braço do Norte, Tubarão, Alfredo Wagner, Lages, Palhoça, tem uns quinze caminhões que vem de fora do município” (José, 42 anos).*

*“Ao invés de conhecer a realidade da região, saber como ela é, o que tem aí, o que poderia valorizar, mas não trazem coisas de fora e dá errado (com relação a ascensão e queda do leite)” (Maria, 38 anos).*

Nos relatos acima é apontado grande insatisfação, por parte dos agricultores ao se referir à ascensão e queda da produção de leite no município. Somado a isso, Seu Barboza, revela a pouca expressividade dessa atividade em sua infância, quando recorda da falta do leite, mesmo tendo condições de ter outros produtos em sua alimentação.

*“Hoje em dia, ficou mais fácil comprar... Naquela época a gente não tinha um trabalho definido, a gente vai plantar isso pra ganhar dinheiro, não, a gente fazia tudo pra sobreviver, plantava milho e aipim pra sobreviver, nada pra ganhar dinheiro. Mas logo que veio o gado de leite, que veio a primeira agroindústria, a gente começou a tirar leite pra vender, e isso absorve muito a mão de obra da família. Aí a gente não tinha mais tempo pra fazer polvilho, não tinha tempo pra fazer várias coisas. Planta milho pra fazer silagem e vende o leite e compra coisas. Quem planta fumo, planta fumo, vende fumo e compra as coisas, então isso acaba um pouco com esse trabalho (...) Quando começou a primeira fábrica de queijo, o fato de poder vender o leite teve muita euforia. Surgiu a primeira oportunidade de ganhar dinheiro e as pessoas achavam que iriam ficar ricas. Eu falo isso porque eu vivi isso, a Epagri é um pouco culpada da gente ter perdido essa raiz, porque quando vieram com projetos de leite, a gente ia fazer cursos em outros lugares, em Lages, em Minas Gerais, em lugares que é diferente a produção de leite, e essas pessoas não tinham essas atividades que a gente tinha aqui, é diferente também da nossa realidade. O cara que mora em*

*Lages, por exemplo eles nunca cultivaram milho, nunca fez o pão de milho, mas catavam pinhão”*  
(José, 42 anos).

Outra atividade econômica que contribui para a biodiversidade agrícola ser marginalizada, ou seja, ser excluída de prioridades na sociedade em geral, é a atividade de plantio e corte de madeira. O setor madeireiro local extrai grande quantidade de madeira, sendo esta considerada uma das atividades econômicas mais fortes da região, conhecida como “reflorestamento”. A atividade preocupa parte da população, todos os agricultores desta pesquisa, já que é uma atividade que gera lucro a poucos e coloca em risco as áreas de proteção ambiental, se não forem manejadas adequadamente. As espécies utilizadas para corte são o pinus (*Pinus elliottii*) e eucalipto (*Eucalyptos sp*). O fumo (*Nicotiana sp*) já teve sua fase de alta produção, mas apresentou diminuição do interesse de trabalhadores, membros das famílias nestas produções, quando os debates sobre qualidade de vida e saúde dos agricultores foram mais fortemente disseminados. Mesmo assim, São Bonifácio é grande produtor de fumo. A avicultura colonial se transformou, perdendo importância nos núcleos familiares e cedendo espaço à avicultura integrada. Na bovinocultura a atividade leiteira se fortaleceu, e teve grande repercussão socioeconômica com a venda de leite para os laticínios locais. A apicultura também tem a produção bastante alta e comercializa, em geral, em bruto sua produção com os entrepostos de mel. A suinocultura perdeu posição com a alteração dos padrões raciais, aumento dos custos de produção e falta de abatedouro legalizado no município. Neste segundo ciclo a política, econômica e social, esteve sob o controle das agroindústrias e principalmente os laticínios dos comerciantes e do (SIMÕES, 2002).

*“(…) Tem pessoas também que tinham terreno e derrubaram o mato, fizeram pastagem, reflorestaram, não respeitaram as águas. Isso também é de muitos anos atrás, agora é que estão dando muito em cima, com o negócio do desmatamento. Eu acho que nem por isso é que diminuíram as árvores. (...) é também porque tem muita indústria, muito agrotóxico, muita poluição, acho que tudo isso ajuda a piorar as coisas”*  
(Dona Zenaide, 55 anos).

Portanto, o pinus, o eucalipto e o fumo são as principais espécies comercializadas no município, porém com esse tipo de sistema de produção, em que há o monocultivo, se tornam pouco expressivos no papel da biodiversidade agrícola. Por outro lado, há grande diversidade de espécies cultivadas pelos agricultores desta pesquisa (Tabela 1). Nessa tabela, a maioria das pessoas prioriza o autoconsumo ou subsistência e o excedente é vendido em feiras ou mercados locais no total da produção.

*“(...) Eu faço pão de milho é pro consumo, não faço pra vender. Faço o bolo de milho pra vender. O milho que eu uso pro consumo é o que eu colho mesmo e levo na atafona pra moer (...) O cará e a batata doce também são meus. (...) As sementes do (milho) amarelinho eu tenho há muito tempo. Pra fazer pão de milho, esse é o verdadeiro. (...) As sementes sempre foram minhas. Só compro o (milho) híbrido pra fazer silagem.” Nádia, 65 anos).*

*“O bolo de milho eu nunca deixei de mandar pra feira. Eu tenho também o aipim, mas pra feira da UFSC eu nunca mandei porque não tem sobrando pra mandar pra lá. Eu tenho que manter a minha feira aqui e pra lá eu mando o que eu tenho a mais, o que eu consigo plantar a mais do que a minha feira aqui. Pessoal de lá eu deixo sem né... Mando pra lá tomate, rúcula, brócolis, cenoura, chuchu, abóbora, frutas: laranja, pêra, mamão, ameixa (...) batata doce, inhame, cará (...) Faço o bolo de milho também” (Nádia, 65 anos).*

**Tabela 1. Plantas utilizadas para consumo alimentar, citadas nas entrevistas.**

<b>Nome local</b>	<b>Família biológica</b>	<b>Consumo</b>	<b>Comercialização</b>
Abacate	Lauraceae	x	x
Abóbora	Cucurbitaceae	x	x
Aipim	Euphorbiaceae	x	
Alface	Asteraceae	x	x
Alho	Alliaceae	x	x
Ameixa	Rosaceae	x	
Amendoim	Fabaceae (Faboideae)	x	
Banana	Musaceae	x	x
Batata doce	Convolvulaceae	x	x
Batatinha	Solanaceae	x	x
Bergamota	Rutaceae	x	x
Beterraba	Chenopodiaceae	x	x
Brócolis	Brassicaceae	x	x
Caqui	Ebenaceae	x	x
Cará	Dioscoreaceae	x	x
Cebola	Alliaceae	x	x
Cebolinha	Alliaceae	x	x
Cenoura	Apiaceae	x	x
Couve	Brassicaceae	x	x
Couve-flor	Brassicaceae	x	x
Feijão	Fabaceae (Faboideae)	x	x
Figo	Moraceae	x	x
Fisalis	Solanaceae	x	x
Goiaba	Mirtaceae	x	
Jabuticaba	Mirtaceae	x	
Laranja	Rutaceae	x	x
Limão	Rutaceae	x	x
Milho comum	Poaceae	x	x
Milho híbrido	Poaceae	x	x
Pêra	Rosaceae	x	x
Pêssego	Rosaceae	x	x
Salsinha	Apiaceae	x	x
Tomate	Solanaceae	x	x

## 4.5 As feiras e o Mercado Agroecológico

A partir do movimento agroecológico, com a ideologia e luta contra as políticas agrícolas dominantes, um novo mercado surge, porém com pouco apoio institucional. As oportunidades de ganhos aos agricultores ainda são pequenas e existem muitas dificuldades pela falta de apoio e entraves nas esferas públicas que poderiam auxiliá-los. Assim, são revitalizadas as vendas diretas com as tradicionais feiras, que permanecem com suas características mais marcantes, tal como seu espaço de venda ao ar livre e, no entanto, ganham novo valor. As feiras que servem de lugar para o comércio desses produtos, agora diferenciados, são feiras chamadas de agroecológicas, orgânicas ou ecológicas, uma releitura das tradicionais feiras livres, ainda presentes no Brasil.

Nesse cenário, as feiras recebem o apoio principalmente de ONGs, também engajadas no movimento agroecológico, e da Universidade, como foi o caso da Feira Agroecológica da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), onde seis das famílias entrevistadas participam atualmente. Em 2006, um extensionista da Epagri, *José Giovanni Farias*, que já fazia trabalhos de estímulo à agroecologia em São Bonifácio, auxiliou no desenvolvimento do projeto desta feira e foi a quem fez a articulação entre os agricultores e a Universidade.

No início, o grupo contava com sete famílias que produziam os produtos agrícolas e estes eram trazidos para Florianópolis por uma dessas famílias, em seu carro particular. Depois o grupo se dividiu, permanecendo com cinco famílias em um dos grupos, que financiou um caminhão com auxílio do PRONAF. Das outras duas famílias, uma permanece agora independente em outra barraca na mesma feira e a outra, trabalha atualmente em uma feira no município de São Martinho, SC. A Feira Agroecológica da UFSC acontece, atualmente, todas as quartas-feiras na Praça da Reitoria nesta Universidade. A feira em São Martinho é realizada às terças-feiras na praça principal do município. Abaixo, alguns entrevistados falam a respeito das feiras e de sua experiência das mesmas.

*“Até 2007 eu trabalhava na fábrica de queijos e conheci o Giovanni, técnico da Epagri, que fez o convite de um curso de Agroecologia em Santo Amaro e conheci o Hamilton através do pessoal do Recanto da Natureza e começou a proposta da*

*feira, até que teve a proposta da feira da UFSC, eu peguei a Dona Nádia e a Ângela e fui até lá conversar e depois de muito conversar decidimos fazer a feira e definimos o lugar. Durante quase um ano eu fiz feira com o meu pick-up e não cobrava nada do pessoal. Antes de a feira acontecer, tivemos muita conversa com o pessoal e teve muita euforia, muita gente achava que iria ganhar muito dinheiro com a feira. Algumas pessoas queriam fazer sozinhas a feira, mas tinha que ser em grupo, por causa disso tivemos alguns desentendimentos. Hoje a gente está amadurecendo, o grupo diminuiu muito, as pessoas viram que não é só vender, tem que pagar combustível, pagar pneu, tem as despesas do automóvel (...) hoje somos em cinco famílias. Até agora a gente só está mantendo o trabalho, não estamos ganhando dinheiro, queremos pegar mercados maiores.” (José, 42 anos).*

*“Desde 2007 trabalhamos em feira com orgânicos, mas redução de veneno nós já vínhamos fazendo bem antes, nós éramos trabalhador de agrotóxico. Em 1999 a gente resolveu comer menos, nunca pensando na feira, mas em nós.” (Elias, 47 anos).*

*“Estamos na feira há três anos e começamos com o José, mas deu uns pequenos problemas e nos separamos (...) agora fazemos a feira da UFSC e vendemos aqui no município (...) fazemos bolachas integrais, com farinha orgânica, nosso mel também é orgânico, nossas bolachas são orgânicas e nosso objetivo é chegar a ter só coisas orgânicas.” (Ângela, 57 anos).*

*“Fazemos feira em São Martinho e Armazém e gostamos. Antes fazíamos parte do grupo do José, mas agora estamos pra esses lados que pra nós é mais fácil.” (Elias, 47 anos).*

Com o surgimento do mercado agroecológico e de orgânicos, surge concomitante a ele, um grupo de consumidores em busca de uma alimentação mais saudável, de um comprometimento ético com o

agricultor e com o meio ambiente. Essas principais características desse novo consumidor contribuíram para que fosse criado esse mercado.

Os agricultores que trabalham diretamente nas feiras, entrevistados nesta pesquisa, afirmam que é bastante enriquecedor o contato com esse grupo consumidor, pois além da comercialização de seus produtos, há trocas de conhecimento, conversas e muitas vezes novos contatos para diversas outras oportunidades.

*“Aconteceu há uns quatro meses atrás, uma moça esteve lá na feira e disse que o médico pediu para ela comer verdura e não comprar no mercado e comprar na feira, porque lá é orgânico. Aí eu perguntei o que ela gostaria de verdura, ela disse que não sabia e perguntou o que é mais vendido. Ela simplesmente não conhecia um pé de alface. Eu disse que o que o pessoal mais leva é alface e ela perguntou o que é um pé de alface. Eu tive que mostrar pra ela! Eu fiquei admirado.”* (Elias, 47 anos).

Por outro lado, há grande trabalho que envolve toda família desde a hora que acordam, de madrugada até a hora que voltam para casa já bem tarde da noite. No trajeto de ida, a família que vai à feira em Florianópolis, segue passando pelas propriedades por volta das quatro horas da manhã, para abastecer o caminhão com os produtos. A viagem dura três horas até a chegada à Universidade e a feira se inicia às sete da manhã, permanecendo até três da tarde, quando começam a desmontar tudo para ir embora. Na volta, ainda fazem entregas para alguns pequenos mercados que vendem produtos orgânicos e agroecológicos e doam o que sobrou para uma creche. Essa rotina semanal acontecia também com a família que trabalha em São Martinho.

Esse novo mercado, portanto, fortalece de certa forma a produção agroecológica, mas ainda é insuficiente para assegurar boas condições de trabalho a essas famílias. Sua escala de transformação do sistema produtivo ainda é pequena, justamente por não ter maior apoio de esferas governamentais, para que possam aumentar a produção e disseminar a agroecologia a outros agricultores.

## 4.6 Mulheres e mudanças

Ao conhecer as famílias com as quais iria conviver durante todo o tempo da pesquisa, havia na maioria das vezes uma mulher como a representante da família e que vinha fazer a gentileza de conversar, apresentar o seu trabalho e enfim responder minhas perguntas. Em onze das dezessete famílias entrevistadas, essas mulheres contaram com grande entusiasmo suas experiências com a agroecologia, as feiras, as tomadas de decisão para iniciar essas novas atividades. Havia o orgulho de ter escolhido seu trabalho com agroecologia e uma grande responsabilidade por ele.

Isso porque, pelas histórias contadas sobre sua atividade agrícola e produção a maioria teve papel fundamental na tomada de decisão, como por exemplo, deixar de usar agrotóxico. Nos relatos emocionados, elas contam suas histórias de transição para a agroecologia.

*“(...) Eu me intoxiquei com o tóxico e eu tenho alergia a veneno. Meu sonho era trabalhar com produção orgânica e meu marido não né... em 2001 eu fiz um curso e cheguei em casa e disse: vamos partir pro orgânico? E meu marido disse: pra nós morrer de fome? (...)pra minha grande sorte eu plantei um pedaço de verdura lá em cima e os grilos comeram tudo e não deixaram um santo pé, foi a derrubada (...) aí consegui fazer ele plantar o milho sem revirar a terra, plantio direto. Isso ele fez (...) aí os guris cresceram e eles saíram pra trabalhar no laticínio, aí foram demitidos e eu comecei com o pastoreio Voisin (...) os alunos da Universidade vieram aqui e fizeram o projeto e implantaram, daí a gente fez. E começou a mudança. Os rapazes cresceram e me ajudaram. Mas meu marido quis destruir a cerca, não queria a horta com capim, porque tinha que estar limpo, foi difícil. Mas não adianta quem não tem a cabeça muito pronta, é complicado. Ele não me apoiou primeiro, mas hoje está dando certo, é obrigado a dar.”(Ângela, 57 anos).*

*“Da minha família só eu trabalho sem tóxico. Eu sou de família de agricultores, meus irmãos todos eles trabalham na roça, mas*

*nenhum deles trabalha com hortaliças orgânicas. Meu pai nunca usou tóxico, nunca foi de usar tóxico (...) meu pai também era de família de agricultores, meu pai nunca quis saber de tóxico, porque antigamente não usava tóxico, isso começou mais pra frente (...) e quem seguiu isso foi só eu. Meus irmãos e sobrinhos trabalham na roça e usam agrotóxico” (Nádia, 65 anos).*

A mulher que participa da agroecologia desempenha um papel fundamental em todo o processo. No campo da produção ela tem sido precursora dessas atividades, dentro e fora da unidade familiar, assumindo os desafios de começar algo novo, ao mesmo tempo que desafia a produção convencional ao colocar em prática saberes adquiridos com outras gerações. Muitas vezes é ela quem volta a introduzir sementes há muito guardadas na própria horta doméstica. É ela também que tem garantido a sociabilidade no mundo rural, atuando no espaço privado, na família e no espaço público (KARAM & ZOLDAN, 2003).

Suas motivações e desejos de melhores condições de vida saem do discurso e resultam em práticas que conseguem mudar sua realidade, a favor de seus objetivos, amplamente conectados com a realidade histórico-social, formando um grupo de vanguarda do meio rural.

Mesmo com os espaços pré-determinados e separados por gênero, em uma força cultural mais densamente seguida no meio rural, as mulheres camponesas se modificam e modificam seu “entorno” trazendo ao seu meio, aquilo que preconizam como justo e ético.

*“Desde que eu estou aqui, não vejo a cidade crescer, desenvolver, só vejo o pessoal indo embora, vendendo terreno, vejo prefeitos entrarem e saírem e não vejo fazerem nada, acho um descaso. Aí vem o governo dizer pro pessoal ficar na terra, não existe isso. Então o que acontece, é que os pais deles ficaram, os nossos filhos não. Nós talvez fique porque não quer se desfazer da terra, mas pra eles se não tiver nada pra fazer aqui, uma segurança eles vão embora. Não se retoma o que se perdeu e não se constrói nada se não for pra progredir (...) esses dias estávamos comentando, se o clima continuar do jeito que tá,*

*antes o clima era favorecido, pra plantar verdura, de três anos pra cá, quatro, se não fossem as crianças pra segurar a gente aqui a gente já teria desistido, e ninguém dá segurança, ninguém dá incentivo. Entra prefeito e sai prefeito e ninguém dá uma resposta e a gente fica nisso” (Maria, 38 anos).*

*“(...) No sítio tem 60 hectares de terra e na base de 70% de terreno que é mato (...) Nós tivemos uma reunião e eu coloquei pro grupo e eles falaram que o agricultor ele pode começar o uso dele e tirar um pouco de lenha (...) Pra nós seria uma boa se pudéssemos tirar um pouco de lenha pra queimar os tijolos (...) Vendemos os tijolos pra dentro do município, às vezes vai um pouco pro município de Águas Mornas, mas muito pouco (...) Eu ajudei bastante na olaria, ontem até ajudei, os homens não estavam em casa e eu e minha filha ajudamos a carregar o carro.” (Nadia, 65 anos).*

Assim sendo, o que se verificou no decorrer da pesquisa é que as mulheres que trabalham com a agroecologia, têm papel fundamental em todo esse processo. Elas assumem o desafio de começar algo novo, ao mesmo tempo em que desafiam a produção convencional ao colocar em prática saberes adquiridos de outras gerações (KARAM, 2004). Desse modo, é ela que garante a sociabilidade no mundo rural, atuando nos espaços privados e, atualmente nesse contexto, em espaços públicos. Mesmo que essas considerações sejam parciais, esses processos são entendidos aqui como fundamentais e é nessa direção que apontam as considerações apresentadas.

## CONCLUSÃO

São Bonifácio apresenta importante iniciativa em agricultura que se difere da agricultura convencional, chamada pelos agricultores de agroecologia ou agricultura orgânica, sendo essas terminologias consideradas sinônimos por eles. A valorização da biodiversidade acontece no cotidiano dessas famílias a partir de escolhas que estabelecem a diversidade de cultivares como uma das principais formas de manter a segurança alimentar através do autoconsumo.

Somado a isso, a valorização se dá, por esses agricultores, ao conseguir manter a saúde do ecossistema, com grande diversidade de espécies e com sistemas cada vez mais integrados com a ecologia e livre de agrotóxicos. Assim como economicamente, ao promover essas práticas e disseminá-las através da comercialização de seus produtos, onde os mesmos são oferecidos para venda imbuídos desse valor. Sobretudo, ao aumentar a quantidade de pessoas que se beneficiam de todo esse processo, se expande o movimento agroecológico.

Neste trabalho foi essencial a convivência que tive com as famílias participantes desta pesquisa, cujo objetivo central foi a identificação e análise de práticas que contribuem para a valorização da biodiversidade agrícola. Isso porque, para poder descrever e caracterizar historicamente e socioeconomicamente o grupo, também em sua própria voz, foi fundamental essa aproximação.

Para tal, foi possível identificar suas motivações para as tomadas de decisão e suas ações, que possibilitaram valorizar a biodiversidade agrícola, respondendo às perguntas de investigação e alcançando os objetivos da pesquisa. Assim, essas perguntas orientaram desde a formulação do projeto, até as respostas que concluíram o trabalho. Portanto, foi vislumbrado como saber se as práticas agrícolas e socioeconômicas desses agricultores familiares valorizam a biodiversidade agrícola, ou o porquê essas estratégias de valorização da biodiversidade agrícola podem ser eficientes. Se perguntou também quais, então, seriam essas estratégias e como influenciariam na manutenção da biodiversidade agrícola e poderiam assim proporcionar benefícios.

Ao refletir sobre essas questões, dentro do contexto em que vivemos de realidade ainda injusta pelos modos capitalistas de produção, o agricultor ou agricultora e sua família, se transformam e se inserem nas discussões políticas, criam grupos de trabalho, se fortalecem, tentam mudar. Assim, um conjunto de práticas, como as feiras, as festas, a

alimentação e o mercado local conseguem aumentar o valor, ou a importância da biodiversidade agrícola e conseqüentemente a própria agrobiodiversidade. O apoio governamental ainda é insuficiente e não supre as necessidades desses grupos, não havendo apoio técnico específico para a agroecologia, dificultando a permanência dessas práticas.

Dentre essas práticas socioeconômicas, a alimentação e o mercado local sustentam mais densamente a continuidade da valorização da biodiversidade agrícola, já que não apresentam grandes riscos, em relação às feiras e festas. Isso porque, as feiras, para essas famílias, são estratégias temporárias de sustento, pois dependem grandes esforços para sua realização com maiores riscos de instabilidade financeira, já que as vendas dependem de mais fatores do que no comércio local, como o clima do dia da feira até as atividades do lugar onde a feira é montada. As festas dependem atualmente de iniciativa de órgãos públicos e privados e esses muitas vezes não consideram as opções e decisões dessas famílias, ou seja, da maneira como estão organizadas as festas, elas independem da vontade desse grupo.

Uma das importantes discussões é sobre a importância das mulheres neste cenário. Sua importância nesse sentido é quanto as tomadas de decisão, bastante importantes para a manutenção da biodiversidade, já que elas participam do processo de escolha e influenciam a família. Isso é cotidianamente reproduzido nesses grupos e de forma legítima representam da maneira mais próxima possível da realidade observada que existe sim uma questão de gênero latente e observada em muitos grupos rurais. É, portanto, de grande importância política e social na voz de quem possui autoridade para representá-los: eles mesmos.

No que tange à questão identitária, uma análise sobre a identidade cultural alemã de São Bonifácio, apontada pelo grupo que fez parte desta pesquisa, foi caracterizada como importante na influência de muitos hábitos. No entanto não determinante em suas decisões, já que eles se reconhecem como Colonos e como descrito em suas falas, o *ser* Colono, aproxima os imigrantes da sua nova terra. Essa abertura mostra que a cultura não é estática ou intocável, ela é sim, fértil, diversa e mutável. Por isso, eles se consideram parte do povo brasileiro, desmistificando a ideia de um Colono fechado e separatista, ao contrário, busca a troca cultural e nota-se presente crescente miscigenação.

Assim, no decorrer da pesquisa ficou claro que as possibilidades de valorização da biodiversidade agrícola têm uma estreita relação com as práticas culturais e socioeconômicas entre as famílias de agricultores agroecológicos que já desenvolveram esse nível de organização. Nesse

sentido, além das estratégias já alcançadas por eles, aparece o papel da mulher, fundamental na manutenção da trama do tecido social existente.

A pesquisa também revelou que um alimento de grande valor nutricional e cultural, como o pão de milho pode ser importante produto de valorização da biodiversidade agrícola. Seu valor abrange desde o cultivo do milho de variedade crioula, conhecido na região como *comum* ou *amarelinho*, até a forma de preparo, consumo e a comercialização em mercados locais, feiras e festas que promovem a história do município. No entanto, é apontada a mudança na receita com o uso de farinha de milho híbrido para atender a grande demanda de consumidores.

Assim, alguns desafios a partir desta pesquisa, além dos aportes dados às questões de gênero e de identidade, são continuar a investigar as práticas de valorização da biodiversidade agrícola, comparando com os presentes dados. Outro desafio é disseminar o conhecimento que os agricultores possuem de técnicas que dão continuidade ao cultivo de milho crioulo e ao preparo do pão de milho da forma tradicional na região, sendo de grande importância para embasar futuras pesquisas.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: Hucitec/ANPOCS. Ed. Unicamp, 1992.

ABRAMOVAY, R. A irrelevância prática da agricultura 'familiar' para o emprego agrícola, de Claus Germer. In:\_\_\_\_. **Anais do Workshop Teórico Economia Política da Agricultura Campinas**. Campinas: UNICAMP/IE; São Paulo: USP/FEA, 1996.

ACHUTTI, L. E. R. **Fotoetnografia**: um estudo de antropologia visual sobre cotidiano, lixo e trabalho. Porto Alegre: Tomo Editorial: Palmarinca, 1997.

ADAMS, C. As florestas virgens manejadas. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**. Série Antropologia, v. 10, n.1, p.3-20. 1994.

\_\_\_\_\_. **Caiçaras na Mata Atlântica**. Pesquisa científica *versus* planejamento e gestão ambiental. São Paulo: Annablume, FAPESP, 2000.

ALBAGLI, S. Interesse global no saber local: A geopolítica da biodiversidade. In:\_\_\_\_. **Seminário Saber Local/Interesse Global**: Propriedade intelectual, biodiversidade e conhecimento tradicional da Amazônia. Belém: CESUPA-MPEG, 2003.

ALMEKINDERS C., Fresco L., Struik, P. The need to study and manage variation in agro-ecosystems. **Netherlands Journal of Agricultural Science**, v. 43, n. 2, 1995.

ARRUDA, R.S.V. Populações Tradicionais e a Proteção dos Recursos Naturais em Unidades de Conservação. In:\_\_\_\_. **Anais do primeiro Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação**. Vol 1 Curitiba, 1997. p. 262-276.

BALÉE, W. **Historical Ecology**: Premises and Postulates. In: *Advances in Historical Ecology*. New York, 1998. p. 13-29.

\_\_\_\_\_. The Research Program of Historical Ecology. **Annual Review of Anthropology**, v. 35, n. 5. p. 1-24, 2006.

BARRETO FILHO, H. T. Populações tradicionais: introdução à crítica da ecologia política de uma noção. In: \_\_\_\_\_. **Sociedades Caboclas Amazônicas**. Modernidade e Invisibilidade. São Paulo: Annablume. 2006. p. 109-143.

BEGON, M., TOWNSEND, C. R., HARPER, J. L. Patterns species richness. In: \_\_\_\_\_. **Ecology: from individuals to ecosystems**. 4<sup>th</sup> ed. Blackwell Publishing, 2006. Cap. 21, p. 602-632.

BELIK, W. Fome e Segurança alimentar. In: \_\_\_\_\_. **Segurança alimentar**: a contribuição das universidades. São Paulo: Instituto Ethos, 2003. Cap. 2, p. 10-13.

BELIK & SILIPRANDI, E. Hábitos Alimentares, Segurança e Soberania Alimentar. In: \_\_\_\_\_. **Qualidade de Vida**: Evolução dos Conceitos e Práticas no Século XXI. Campinas: Ipês, 2010. Cap. 20, p. 187-195.

BERNARD, H. R. **Research Methods in Anthropology**: qualitative and quantitative approaches. 2a ed. London: Altamira Press, 1994. 584 p.

BIAZUS, P. O. Fotoetnografia da Biblioteca Jardim. **Horizontes Antrpológicos**, Porto Alegre, ano 12, n. 25, p. 301-306. 2006.

BOEF, W. S.; Thijssen, M. H.; Ogliari, J. B.; Sthapit, B. R. Biodiversidade, agricultura e conservação: conceitos e estratégias. In: \_\_\_\_\_. **Biodiversidade e Agricultores**: Fortalecendo o manejo comunitário. Porto Alegre, RS: L&PM, 2007. Cap. 2, p. 35-66.

BOSERUP, E. **Evolução agrária e pressão demográfica**. Hucitec/Polis, São Paulo. 1989.

BRANDENBURG, A. Movimento agroecológico: trajetória, contradições e perspectivas. *Agricultura, Consumo Alimentar e Meio*

ambiente. **I Encontro Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade, ANPPAS.** Indaiatuba, SP: 6-9 nov 2002.

BRASIL. **Conferencia Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional**, 2, 2004, Olinda. Documento Final. Brasília: Concea, 2004. Disponível em:

<[https://www.planalto.gov.br/Consea/static/documentos/Outros/LivroConsea\\_DocumentoReferencia.pdf](https://www.planalto.gov.br/Consea/static/documentos/Outros/LivroConsea_DocumentoReferencia.pdf)> Acesso em: 26 abril 2011.

BROWN, JR. K., FREITAS, A.V.L. Diversidade Biológica no Alto Juruá: Avaliação, causas e manutenção. In: \_\_\_\_\_. **Enciclopédia da Floresta.** O Alto Juruá: Práticas e Conhecimentos das Populações. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

BROWN, D. ;SCHRECKENBERG, K. Shifting Cultivators as agents of deforestation: assessing the evidence. **Natural Resource Perspectives**, v. 29, p. 1-14. 1998.

BROOKFIELD,H.; PADOCH.C. Appreciating agrodiversity: a look at the dynamism and diversity of indigenous farming practices. **Environment**:36(5): 8-11, 37-43. 1994.

BROOKFIELD, H.; STOCKING, M. PLEC News and Views 13. **Special issue on methodology**, Department of Anthropology, Division of Society and Environment, RSPAS, The Australian National University, Canberra, ACT 0200, Australia. 34p.1999.

BRUSH, S.B. **Genes in the field:** on-farm conservation of crop diversity. New York: Lewis Publishers, 288p, 2000.

CANCIAN, F. Economic Behavior in Peasant Communities. In: \_\_\_\_\_. **Economic Anthropology.** Stanford University Press, California. 1989.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. Agriculturas de base ecológica. In: \_\_\_\_\_. **Agroecologia: alguns conceitos e princípios.** Brasília : MDA/SAF/DATER-IICA, 2004. Cap. 3, p. 7-11.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A.; PAULUS, G. **Agroecologia: Matriz disciplinar ou novo paradigma para o desenvolvimento rural sustentável**. Brasília: 2006.

CARMO, R. L. Dinâmica demográfica e mudanças ambientais globais: novas vulnerabilidades? In: \_\_\_\_\_. **XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais**, ABEP. Caxambu, MG: 29 set- 3 out, 2008.

CAZELLA, A. A.; BONNAL, P.; MALUF, R. S. Multifuncionalidade da agricultura familiar no Brasil e o enfoque da pesquisa. In: \_\_\_\_\_. **A agricultura Familiar: multifuncionalidade e desenvolvimento territorial no Brasil**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009. Cap. 2, p. 47-70.

CLEMENT, C. R. 1492 and the loss of Amazonian crop genetics resources. In: \_\_\_\_\_. The relation between domestication and human population decline. **Economic Botany**, v. 53, p. 188-202. 1999.

CLEVELAND, D. A.; SOLERI, D. **Farmers, Scientists and Plant Breeding: Integrating Knowledge and Practice**. California: CABI Publishing, 338p. CABI Publishing. 2002.

COSTABEBER, J.A. **Acción colectiva y procesos de transición agroecológica en Rio Grande do Sul, Brasil**. Instituto de Sociología y Estudios Campesinos (Tesis doctoral). Universidad de Córdoba, España, 1998.

CUNHA, M. C.; ALMEIDA, M. W. B. Populações Tradicionais e Conservação Ambiental. In: \_\_\_\_\_. **Biodiversidade na Amazonia Brasileira: Avaliação e ações prioritárias para a conservação, uso sustentável e repartição dos benefícios**. São Paulo: Estação Liberdade: Instituto Socioambiental. 2001. p. 184-193.

CUNNINGHAM, A. B. **Applied Ethnobotany: people, wild plant use & conservation**. London: Earthscan Publications. 300p, 2001.

DENEVAN, W.M. A Bluff Model of Riverine Settlement in Prehistoric Amazonia. **Annals of the Association of American Geographers**. v. 86. n.4. 654-681. 1996.

\_\_\_\_\_**Cultivated Landscapes of Native Amazonia and the Andes.**  
Oxford University Press. 2001.

DIEGUES, A. C. **Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar.**  
São Paulo, Ática, 1983.

DIRKSEN, V. **Viver em São Martinho:** A colonização alemã no Vale do Capivari. Florianópolis: Ed. do autor, 1995.

DOVE, M. R. Foresters'beliefs about farmers: a priority for social science research in social forestry. **Agroforestry Systems.**v. 17, n.1, 1992.

ELLEN, R. Introduction. In: **Redefining Nature.** Ecology, Culture and Domestication. Washington DC: Berg, 1996. p. 1-38.

EMPERAIRE, L. Elementos de discussão sobre a conservação da agrobiodiversidade: o exemplo da mandioca (*Manihot esculenta* Crantz) na Amazônia brasileira. In:\_\_\_\_\_. Avaliação e identificação de ações prioritárias para a conservação, utilização sustentável e repartição dos benefícios da biodiversidade da Amazônia brasileira. Programa Nacional da Diversidade Biológica. **Seminário de Consulta Macapá.** Set de1999.

\_\_\_\_\_. O manejo da agrobiodiversidade – o exemplo da mandioca na Amazônia. In:\_\_\_\_\_. **Seria melhor mandar ladrilhar? Biodiversidade como, para que, por quê?** ISA, UNB, 2002.

\_\_\_\_\_.A biodiversidade agrícola na Amazônia brasileira: recurso e patrimônio. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional,** 2005.

FOX, J.; TRUONG, D. M.; RAMBO, A. T.; TUYEN, N.P.; CUC, L.T.; LEISZ, S. Shifting Cultivation: a new old paradigm for managing tropical forest. **BioScience.** v. 50, n. 6, p. 521-528. 2000.

GARCIA Jr., A. A sociologia rural no Brasil: entre escravos do passado e parceiros do futuro. **Estudos Sociedade e Agricultura,** n. 19, p. 40-71. 2002.

GAUTRONNEAU, Y.; SILVANDER, B.; RIBA; G. Agriculture biologique: aperçu historique et perspectives de développement. **Bulletin des Groupements Techniques Vétérinaires**, n° Hors-série “Elevage et Agriculture biologique”, p 9-14, 2001.

GEIST, H. J. LAMBIN, E. F. Proximate Causes and Underlying Driving Forces of Tropical Deforestation. **BioScience**, v. 52, n. 2, p. 143-150. 2002.

GERMER, C. M. **A irrelevância prática da agricultura familiar para o emprego agrícola**. Reforma Agrária, Campinas, v. 31, n. 1, p. 47-61, jan./abr., 2002.

HAMMERSLEY, M. ; ATKINSON, P. **Ethnography**, principles in practice. New York: Travistock Publications. 1983.

HARLAN. J. R. Agricultural origins: Centers and non-centers. **Science**, n. 174, p. 468-474, 1971.

HECKENBERGER, M. J. *et al.* Amazonia 1492: Pristine Forest or Cultural Parkland? **Science**, v.301, n.5640, p.1710-1714, 2003.

HECKENBERGER, M. J.; RUSSEL, J. C.; TONEY, J. R.; SCHIMIDT M.J. The legacy of cultural landscapes in the Brazilian Amazon: Implications for biodiversity. **Phil. Trans. R. Soc. B.** v. 362. p. 197-208. 2007.

HOFFMANN, K. D. **Música, mito e parentesco: uma etnografia Xokleng**. Programa de pós-graduação em antropologia social. (Dissertação de mestrado) Universidade Federal de Santa Catarina, SC. Fevereiro de 2011.

HOWARD, S. A. **Um testamento agrícola**. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular. 2007. 360p.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Sinopse preliminar do Censo Demográfico de 2000. Disponível em [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br). Acessado em 20 jun 2011.

\_\_\_\_\_. Sinopse preliminar do Censo Demográfico de 2010. Disponível em [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br). Acessado em 20 jun 2011.

\_\_\_\_\_. Cidades. Disponível

em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/link.php?uf=sc>> Acesso em: 7 maio 2011.

INSTITUTO CEPA - Instituto de Planejamento e Economia Agrícola de Santa Catarina. Síntese anual da agricultura de Santa Catarina 2005-2006. Instituto CEPA/Secretaria do Estado do Desenvolvimento Rural e da Agricultura, Florianópolis, 2006.

KARAM, K. F.; ZOLDAN, P. **Comercialização e consumo de produtos agroecológicos**: Grande Florianópolis. Florianópolis. Instituto CEPA/SC. 2003.

KARAM, K. F. A mulher na agricultura orgânica e em novas ruralidades. In: \_\_\_\_\_. **Estudos feministas**, v.12, n.1, p. 303- 320. 2004.

KORMONDY, E.J., BROWN, D. E. A População Humana. In: \_\_\_\_\_. **Ecologia Humana**. 1ª ed. São Paulo: Atheneu Editora, 2002. Cap. 5, p. 85-117.

LAGE, G. C. **Revisitando o método etnográfico: contribuições para a narrativa antropológica**. In: Revista Espaço Acadêmico. N. 97. Junho 2009.

LAMARCHE, H. **A agricultura Familiar**: Comparação internacional. 2 ed. Campinas, SP. Editora da Unicamp, 1997.

LEAL, C. M. S. **Reavaliar o conceito de qualidade de vida**. Universidade dos Açores: 2008.

LEIS, H. R. A crise da governabilidade do meio ambiente no meio contemporâneo. In: \_\_\_\_\_. **A modernidade insustentável**: As críticas do ambientalismo à sociedade contemporânea. Montevideo: Coscorobas ediciones. 2004. Cap. 1 p. 9-16.

LEWINSOHN, T. M. **A evolução do conceito de biodiversidade.** In: Biodiversidade: valor econômico e social. Disponível em: <http://www.comciencia.br/reportagens/biodiversidade/bio09.htm>. Acesso em: 14 de junho de 2011.

LIMA, D.; POZZOBON, J. Amazônia socioambiental. Sustentabilidade ecológica e diversidade social. **Estudos Avançados**, v.19, n. 54, p. 45-76. 2005.

LUNT, I. D.; SPOONER, P. G. Using historical ecology to understand patterns of biodiversity in fragmented agricultural landscapes. **Journal of Biogeography** 32, 1859-1873. 2005.

MALUF, R.S. O enfoque da multifuncionalidade da agricultura: aspectos analíticos e questões de pesquisa. In:\_\_\_\_. **Inovação das tradições na agricultura familiar.** Brasília: CNPq/Paralelo, 2002. Cap. 15 p. 301-328.

MARZALL, Kátia. Fatores geradores da agrobiodiversidade: influências socioculturais. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v.2, n.1, fev.p 2007.p237-240.  
Disponível em: <http://www6.ufrgs.br/seeragroecologia/ojs/viewarticle.php?id=493&layout=abstract> Acesso em: 12/set/ 2007.

MAZOYER, M. & ROUDART, L. **História das agriculturas no mundo: do neolítico à crise contemporânea.** São Paulo: Editora Unesp, 2010.

MCNEILL, J.R. Observations on the nature and culture of environmental history: **History and Teory.** V. 42. p. 5-43. 2003.

MING, L. C.; AMOROZO, M. C. M.; KFFURI, C. W. (Orgs.) **Agrobiodiversidade no Brasil: experiências e caminhos da pesquisa.** Recife: NUPEEA, 2010.

MUNARI, L. C. **Memória social e ecologia histórica: a agricultura de coivara das populações Quilombolas do Vale do Ribeira e sua relação com a formação da Mata Atlântica local.** Dissertação de

mestrado. Instituto de Biociências da Universidade de São Paulo. São Paulo. 2009.

MURRIETA, R.S.S. Dialética do sabor: alimentação, ecologia e vida cotidiana em comunidades ribeirinhas da Ilha de Ituqui, Baixo Amazonas, Pará. **Revista de Antropologia**. São Paulo: v. 44, n. 2, p. 39 - 88. 2001.

MURRIETA, R. S. S.; WINKLERPRINS, A. “Eu adoro flores!”: gênero, estética e experimentação agrícola em jardins e quintais de mulheres caboclas, Baixo Amazonas, Brasil. In: \_\_\_\_\_. **Sociedades Caboclas Amazônicas**. Modernidade e Invisibilidade. São Paulo: ANNABLUME. 2006. p. 277-294.

NAZAREA, V. D. **Cultural Memory and Biodiversity**. The University Arizona Press. 1998.

NOBLE, I. R; DIRZO, R. Forests as Human - Dominated Ecosystems. **Science**, v. 277. 1997.

NOELLI, F. S. A. **Sem Tekohá não há Tekó**: em busca de um modelo etnoarqueológico da aldeia e da subsistência Guarani e sua aplicação a uma área de domínio no delta do rio Jacuí-RS. Dissertação (Mestrado)–PUCRS, Porto Alegre, 1993.

PAULILO, M. I. S. **Produtor e Agroindústria**: Consensos e Dissensos. O caso de Santa Catarina. Florianópolis: Ed. Da UFSC, Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte, 1990.

PEDROSO- JUNIOR, N. N.; MURRIETA, R. S. S.; TAQUEDA, C. S.; NAVAZINAS, N. D.; RUIVO, A. P.; BERNARDO, D. V.; NEVES, W. A. A casa e a roça: socioeconomia, demografia e agricultura em populações quilombolas do Vale do Ribeira, São Paulo, Brasil. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**, Ciências Humanas, v.3, n.2, p. 227-252. 2008.

PERONI, N. **Ecologia e genética de mandioca na agricultura itinerante do litoral paulista**: uma análise espacial e temporal. Campinas, 227p. Tese (Doutorado) – Unicamp. 2004.

PIMENTEL, D.; ULRICH, S.; TAKACS, D. A.; BRUBAKER, H. W.; DUMAS, A. R.; MEANEY, J. J.; O'NEIL, J. A. S.; ONSI, D. E.; CORZILIUS, D. B. Conserving biological diversity in agricultural/forestry systems. **BioScience**, v. 42. n. 5. p. 354-359.1992.

REBOLLAR, P.M. **A continuidade das práticas de manejo de milho crioulo no Vale do Capivari**. Dissertação de mestrado. Centro de Ciências Agrárias da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis. 2008.

REDMAN, C. L. **Human Impact on Ancient Environments**: Tucson: Univ. Ariz. Press. 1999.

RIVAL, L. Domestication as a Historical and Symbolic Process: Wild Gardens and cultivated Forests in the Ecuadorian Amazon. In:\_\_\_\_. **Advances in Historical Ecology**. New York: Columbia University Press, 1998, p. 232-250.

ROCKWELL, E. Ethnography and critical knowledge of education in Latin América. **Prospects**, vol. XXI, n. 2. 1991.

RODRIGUES, A. D. **Línguas Brasileiras**. São Paulo: Edições Loyola. 1986.

SANTILLI, J. **Os Sistemas Agrícolas e a Agrobiodiversidade**. In:\_\_\_\_. Agrobiodiversidade e Direitos dos Agricultores. 1ª ed. São Paulo: Peirópolis, 2009. Cap. 1, p. 33-127.

SCHADEN, F. S. C. Notas sobre a localidade de São Bonifácio. In:\_\_\_\_. **IX Congresso Brasileiro de Geografia**. Florianópolis, 1940.

SCHMIDT. **Farming and Patterns of Agrobiodiversity on the Amazon Floodplain in the Vicinity of Mamirauá, Amazonas, Brazil**. Geography, University of Florida. 2003.

SEIFERTH, G. A idéia de cultura Teuto-Brasileira: literatura, identidade e os significados da etnicidade. In:\_\_\_\_. **Horizontes Antropológicos**. Porto Alegre, ano 10, n. 22. 2004. p. 149-197.

SEVILHA-GUZMÁN, E. S. Agroecologia y desarrollo rural sustentable: una ropuesta desde Latino América. In:\_\_\_\_. **Encontro Internacional sobre Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**. Botucatu: FCA/UNESP, 2001.

SIMÕES, M. B. A. **A Marca Coletiva e Territorial de São Bonifácio (SC): Um caso de promoção de Desenvolvimento Micro-Territorial Sustentável**. Florianópolis. 2002.

SIMÕES, M. B. A. & CARVALHO, R. S. **Formas, Fluxos e Desenvolvimento Territorial Sustentável de São Bonifácio (SC)**. Florianópolis, 2008. p. 1-9.

SLOBODKIN, L. B., RAPOPORT, A. An optimal strategy of evolution. **Quarterly Review of Biology**. 49: 181-200. 1974.

SPECHT, S.; RUCKERT, A. Sistema Agroalimentar Local: uma abordagem para a análise da produção de morangos, no Vale do caí, RS. In:\_\_\_\_. **XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e sociologia rural: Amazônia, Mudanças Globais e Agronegócios: o desenvolvimento em questão**. Rio Branco. 2008.

TOLEDO, V. M.; ORTIZ - ESPEJEL, B.; CORTÉS, L.; MOGUEL, P.; ORDOÑEZ, M. D. J. The multiple use of tropical forests by indigenous peoples in Mexico: a case of adaptive management. **Conservation Ecology**, v.7 n.3. 2003.

TOWNSEND, C. R., BEGON, M., HARPER, J. L. **Fundamentos em Ecologia**. 592 p. Porto Alegre: Artmed, 2006.

VEASEY, E.A.; SILVA, J.R.Q.; ROSA, M.S.; BORGES, A.; BRESSAN, E.A.; PERONI, N. Phenology and morphological diversity of sweet potato (*Ipomea batatas*) landraces of the Vale do Ribeira. **Scientia Agricola** (Piracicaba, Brazil) 64(4): 416-427. 2007.

VOIGT, A. F. **O teuto-brasileiro: a história de um conceito**. Espaço Plural, ano IX, n. 19. Pp.75-81. 2008.

WANDERLEY, M. N. B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. **XX Encontro Anual da ANPOCS**. Gt 17. Processos sociais agrários. Caxambu, MG. 1996. p 1-18.

WARRIS, P. D. **Meat science**. An introductory text. Oxon, UK: CABI Publishing: 2000.

WIERSUN, K.F. Indigenous exploitation and management of tropical forest resources: an evolutionary continuum in forest – people interactions. **Agriculture, Ecosystems and Environment**. V.63, p.1-16, 1997.

WOLF, E. R. Tipos de campesinato latino-americano: uma discussão preliminar. In:\_\_\_\_. **Antropologia e Poder**. Brasília: Editora UnB, p. 117-144. 2003.

WOOD, D.; LENNÉ, J.M. Why Agrobiodiversity? In: Wood, D.; Lenné, J.M. **Agrobiodiversity: Characterization, Utilization and Management**. New York: CABI Publishing. pp.01-14. 1999.

WOORTMANN, E. F. O sítio camponês. **Anuário Antropológico**, v. 81, p. 165-202. 1983.

WORSTER, D. **Transformaciones de la tierra**. 216 p. Montevideo: Coscoroba ediciones, 2008.

\_\_\_\_ **Ambiente & Sociedade** - Vol. V - n 2 - ago./dez. 2002 - Vol. VI - n 1 - jan./jul. 2003.

ZEDER, M. A. Central questions in the domestication of plants and animals. **Evolutionary Anthropology**, v. 15, p 105-117. 2006.